



GOVERNO DO ESTADO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE AURORA DO PARÁ
PODER EXECUTIVO
CNPJ: 83.267.989/0001-21

EDITAL

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 029/2026
Processo Administrativo nº 20260645
Código compprasnet: 90029/2026

Torna-se público que o Município de **AURORA DO PARÁ DO PARÁ/PA** através da **PREFEITURA MUNICIPAL DE AURORA DO PARÁ/PA**, por intermédio da Pregoeiro designado pela portaria nº 004/2026 data de 05/01/2026, realizará licitação, para **REGISTRO DE PREÇOS**, na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, com critério de julgamento **Menor Preço por Item** no modo de disputa **ABERTO**, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, do Decreto n. 11.462, de 31 de março de 2023, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, do Decreto nº 8.538, de 06 de outubro de 2015, Lei Municipal nº 400 de 31 de março de 2023 e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

Local: Portal de Compras do Governo Federal – www.gov.br/compras

Unidade Administrativa do Governo Federal (UASG): **980389**

Data da sessão: 13 de julho de 2026.

Horário: 08:30 horas, (Horário de Brasília).

Modo de Disputa: Aberto

Preferência ME/EPP/Equiparadas: SIM

1. DO OBJETO

O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a **CONTRATAÇÕES DE SOLUÇÕES EDUCACIONAIS INTEGRADAS QUE VERSEM SOBRE A AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DIDÁTICOS COMPLEMENTARES HÍBRIDOS VOLTADOS ÀS ÁREAS DE EDUCAÇÃO MUSICAL E EDUCAÇÃO AMBIENTAL, DESTINADOS AOS ESTUDANTES E FORNECIMENTO DE CURSOS DE FORMAÇÃO CONTINUADA NA MODALIDADE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA (EAD), POR MEIO DE PLATAFORMA DIGITAL COM RECURSOS DE GAMIFICAÇÃO EDUCACIONAL, DESTINADOS AOS PROFESSORES DA REDE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE AURORA DO PARÁ – PA**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.



GOVERNO DO ESTADO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE AURORA DO PARÁ
PODER EXECUTIVO
CNPJ: 83.267.989/0001-21

1.2. A licitação será dividida em item, conforme tabela constante do Termo de Referência.

1.3. O critério de julgamento adotado será o Menor Preço por Item, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

1.4. Nos termos do art. 40, §2º, da Lei nº 14.133/2021, o parcelamento do objeto deve ser adotado sempre que tecnicamente viável e economicamente vantajoso, visando ampliar a competitividade e assegurar melhor aproveitamento dos recursos públicos. Contudo, no presente caso, a análise técnica demonstra que o parcelamento da contratação não se revela adequado, nem vantajoso para a Administração, sendo necessário que seja realizado em apenas dois lotes, sendo um para as soluções educacionais de livros didáticos complementares e outro para as soluções educacionais de formação continuada. Em relação a solução educacional de livros didáticos complementares a solução pretendida caracteriza-se como **objeto integrado**, composto por:

- Livros didáticos complementares impressos;
- Conteúdo digital integrado por meio de tecnologia embarcada;
- Plataforma educacional com ferramentas de acompanhamento;
- Programa estruturado de formação continuada de professores;

Todos esses elementos constituem um **conjunto pedagógico indissociável**, concebido dentro de uma mesma linha metodológica, fundamentado em pressupostos teóricos comuns e alinhado às diretrizes da Base Nacional Comum Curricular, bem como às exigências da Lei nº 10.639/2003 e da Lei nº 11.645/2008.

O eventual fracionamento da contratação poderia resultar em:

- Descontinuidade metodológica entre material impresso e conteúdo digital;
- Incompatibilidade entre plataforma tecnológica e livros físicos;
- Fragmentação da formação docente;
- Perda de padronização pedagógica na rede;
- Dificuldade de integração de dados e acompanhamento de resultados;
- Aumento de custos operacionais e riscos de sobreposição contratual.

Sob o ponto de vista técnico-pedagógico, a mesma linha editorial, a mesma matriz formativa e a mesma estrutura metodológica entre livros, recursos digitais e formação docente são fatores determinantes para a efetividade da política pública educacional. A contratação de fornecedores distintos poderia comprometer a integração da solução, gerar conflitos de responsabilidade e dificultar a aferição dos resultados pretendidos. Em relação a solução educacional de formação continuada a análise quanto à possibilidade de parcelamento da solução proposta foi realizada considerando os princípios da



GOVERNO DO ESTADO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE AURORA DO PARÁ
PODER EXECUTIVO
CNPJ: 83.267.989/0001-21

eficiência, economicidade e da adequada execução do objeto a ser contratado. Embora a solução contemple quatro cursos distintos de formação continuada, todos integram uma única proposta pedagógica de capacitação docente, voltada ao atendimento das demandas formativas da rede de ensino em temas previstos na legislação educacional vigente. Nesse sentido, a contratação de forma unificada apresenta-se como alternativa mais adequada para garantir padronização metodológica, integração dos conteúdos formativos e uniformidade na execução das atividades pedagógicas. O eventual parcelamento da contratação, com a divisão entre diferentes fornecedores, poderia acarretar fragmentação da proposta formativa, divergências metodológicas, diferenças na estrutura das plataformas digitais utilizadas, bem como inconsistências nos processos de acompanhamento e certificação dos participantes. Tais fatores poderiam comprometer a qualidade da formação ofertada e dificultar o controle e a gestão do processo formativo por parte da administração pública. Além disso, a execução integrada dos cursos em uma mesma plataforma de aprendizagem, com suporte técnico e pedagógico centralizado, favorece a melhor gestão da formação, otimização dos recursos tecnológicos e maior eficiência administrativa, reduzindo a necessidade de múltiplos contratos, diferentes sistemas de acompanhamento e processos distintos de certificação. Outro aspecto relevante refere-se à economicidade da contratação, uma vez que a contratação unificada tende a reduzir custos operacionais, administrativos e logísticos, além de possibilitar melhores condições comerciais e maior eficiência na execução do objeto. Dessa forma, conclui-se que o não parcelamento mostra-se tecnicamente mais adequado e administrativamente mais vantajoso, garantindo maior integração pedagógica, eficiência na execução e melhor gestão da solução contratada, atendendo de maneira mais eficaz aos objetivos institucionais da administração pública.

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. O órgão gerenciador será a PREFEITURA MUNICIPAL DE AURORA DO PARÁ/PA.

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

- 3.1. Poderão participar desta licitação os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).
- 3.2. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.
- 3.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a



GOVERNO DO ESTADO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE AURORA DO PARÁ
PODER EXECUTIVO
CNPJ: 83.267.989/0001-21

responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

- 3.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
- 3.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.
- 3.6. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto n.º 8.538, de 2015.
- 3.7. Neste certame, há Lotes/itens cujos valores originais estimados são superiores a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), porém não haverá cota reservada destinada exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte, pois haverá prejuízo ao conjunto do objeto, não sendo vantajoso para a administração pública, conforme art. 49, III, Lei Complementar 123/2006
- 3.8. Não poderão disputar esta licitação:
 - 3.8.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
 - 3.8.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
 - 3.8.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
 - 3.8.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
 - 3.8.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na



GOVERNO DO ESTADO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE AURORA DO PARÁ
PODER EXECUTIVO
CNPJ: 83.267.989/0001-21

gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

- 3.8.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- 3.8.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.
- 3.8.8. agente público do órgão ou entidade licitante;
- 3.8.9. pessoas jurídicas reunidas em consórcio;
- 3.8.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;
- 3.8.11. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.
- 3.9. O impedimento de que trata o item 3.8.3 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.
- 3.10. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.8.1 e 3.8.2 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.
- 3.11. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.
- 3.12. O disposto nos itens 3.8.1 e 3.8.2 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.



GOVERNO DO ESTADO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE AURORA DO PARÁ
PODER EXECUTIVO
CNPJ: 83.267.989/0001-21

- 3.13. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.
- 3.14. A vedação de que trata o item 3.8.7 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4. CREDENCIAMENTO

- 4.1. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.
- 4.2. O cadastro no SICAF deverá ser feito no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio www.gov.br/compras, por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP - Brasil.
- 4.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.
- 4.4. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluía a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros
- 4.5. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
- 4.6. A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.



GOVERNO DO ESTADO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE AURORA DO PARÁ
PODER EXECUTIVO
CNPJ: 83.267.989/0001-21

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- 5.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço unitário, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.
- 5.2. Caso a fase de habilitação anteceda às fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço unitário, observado o disposto nos itens 9.1 e 9.15.1 deste Edital.
- 5.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:
 - 5.3.1. Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
 - 5.3.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
 - 5.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- 5.4. Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 5.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021
- 5.6. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.



GOVERNO DO ESTADO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE AURORA DO PARÁ
PODER EXECUTIVO
CNPJ: 83.267.989/0001-21

- 5.7. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;
- 5.8. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.
- 5.9. A falsidade da declaração de que trata os itens 5.2 ou 5.5 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.
- 5.10. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 5.11. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.
- 5.12. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.
- 5.13. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:
- 5.13.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta;
- 5.13.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.
- 5.14. O valor final mínimo final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:
- 5.14.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e
- 5.14.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.



GOVERNO DO ESTADO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE AURORA DO PARÁ
PODER EXECUTIVO
CNPJ: 83.267.989/0001-21

5.15. O valor final mínimo final máximo parametrizado na forma do item 0 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

5.16. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

5.17. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

- 6.1.1. Valor unitário e total do item;
- 6.1.2. Marca;
- 6.1.3. Fabricante;
- 6.1.4. Quantidade

6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

6.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

6.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

6.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

6.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

6.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Projeto



GOVERNO DO ESTADO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE AURORA DO PARÁ
PODER EXECUTIVO
CNPJ: 83.267.989/0001-21

Básico/Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

- 6.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.
- 6.10. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;
- 6.11. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

- 7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 7.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 7.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Agente de Contratação/Comissão e os licitantes.
- 7.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 7.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário.
- 7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.



GOVERNO DO ESTADO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE AURORA DO PARÁ
PODER EXECUTIVO
CNPJ: 83.267.989/0001-21

- 7.7. O licitante somente poderá oferecer lance *de valor inferior* ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 7.8. O intervalo mínimo de diferença de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser *de 1% (um por cento)*.
- 7.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.
- 7.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.
- 7.11. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 7.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 7.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 7.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- 7.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Agente de contratação, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 7.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 7.12. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 7.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 7.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.



GOVERNO DO ESTADO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE AURORA DO PARÁ
PODER EXECUTIVO
CNPJ: 83.267.989/0001-21

- 7.15. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva da licitação, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 7.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Agente de Contratação/Comissão persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Agente de Contratação/Comissão aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 7.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 7.18. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.
- 7.18.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 10% (dez por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 7.18.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 7.18.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 10% (dez por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
- 7.18.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.



GOVERNO DO ESTADO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE AURORA DO PARÁ
PODER EXECUTIVO
CNPJ: 83.267.989/0001-21

- 7.19. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo, o Agente de Contratação poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.
- 7.19.1. Não será admitida a previsão de preços diferentes em razão de local de entrega ou de acondicionamento, tamanho de lote ou qualquer outro motivo
- 7.19.2. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.
- 7.19.3. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 7.19.4. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.
- 7.19.5. O Pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.
- 7.19.6. É facultado ao Agente de Contratação prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.
- 7.20. Após a negociação do preço, o Agente de Contratação iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8. DA FASE DE JULGAMENTO

- 8.1. Encerrada a etapa de negociação, o Agente de contratação verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 3.7 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- 8.1.1. SICAF;



GOVERNO DO ESTADO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE AURORA DO PARÁ
PODER EXECUTIVO
CNPJ: 83.267.989/0001-21

- 8.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e
- 8.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).
- 8.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.
- 8.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Agente de Contratação diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, *caput*)
- 8.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).
- 8.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).
- 8.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.
- 8.4. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.
- 8.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o Agente de Contratação verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens **Erro! Fonte de referência não encontrada.** e 5.5 deste edital.
- 8.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Agente de Contratação examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.
- 8.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:
- 8.7.1. contiver vícios insanáveis;



GOVERNO DO ESTADO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE AURORA DO PARÁ
PODER EXECUTIVO
CNPJ: 83.267.989/0001-21

- 8.7.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Projeto Básico/Termo de Referência;
- 8.7.3. apresentar preços manifestadamente inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- 8.7.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- 8.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.
- 8.8. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.
- 8.8.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência do Agente de Contratação, que comprove:
- 8.8.2. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
- 8.8.3. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.
- 8.9. Em contratação de serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:
- 8.9.1. Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;
- 8.9.2. No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado e *pela superação de custo unitário tido como relevante, conforme planilha anexa ao edital*;
- 8.9.3. No caso de serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.
- 8.9.4. Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.
- 8.10. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.



GOVERNO DO ESTADO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE AURORA DO PARÁ
PODER EXECUTIVO
CNPJ: 83.267.989/0001-21

- 8.11. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.
- 8.11.1. Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.
- 8.12. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;
- 8.12.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;
- 8.12.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.
- 8.13. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.
- 8.14. Caso o Projeto Básico/Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, sob pena de não aceitação da proposta.
- 8.15. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.
- 8.16. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.



GOVERNO DO ESTADO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE AURORA DO PARÁ
PODER EXECUTIVO
CNPJ: 83.267.989/0001-21

- 8.17. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Agente de Contratação/Comissão, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.
- 8.18. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Agente de Contratação analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Projeto Básico/Termo de Referência.

9. DA FASE DE HABILITAÇÃO

- 9.1. Os documentos previstos no Projeto Básico/Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.2. DA HABILITAÇÃO JURÍDICA

- 9.2.1. Registro comercial, no caso de empresa individual, ou;
- 9.2.2. Ato constitutivo e alterações subsequentes, ou contrato consolidado, devidamente registrado, em se tratando de sociedade comercial e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, ou;
- 9.2.3. Inscrição no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada dos nomes e endereços dos diretores em exercício;
- 9.2.4. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.
- 9.2.5. Cópia do Documento de Identidade e do CPF dos sócios e/ou diretores;
- 9.2.6. Certificado da Condição de Microempreendedor Individual, para licitante Microempreendedor Individual – MEI, hipótese em que será realizada a verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br, em se tratando de MEI;



GOVERNO DO ESTADO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE AURORA DO PARÁ
PODER EXECUTIVO
CNPJ: 83.267.989/0001-21

9.2.7. Os referidos documentos deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

9.3. DA HABILITAÇÃO FISCAL E TRABALHISTA

9.3.1. Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas **(CNPJ)**;

9.3.2. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes **estadual** ou **municipal**, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.3.3. Prova de regularidade fiscal perante a **Fazenda Nacional** (Certidão Conjunta da Secretaria da Receita Federal do Brasil);

9.3.4. Prova de Regularidade para com a **Fazenda Estadual** do domicílio ou sede do proponente;

9.3.5. Prova de Regularidade para com a **Fazenda Municipal ou distrital** do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.3.6. Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço **(FGTS)**, demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

9.3.7. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas **(CNDT)**, emitida em data não superior a 180 dias da data de abertura do certame.

9.4. DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRO

9.4.1. Certidão negativa de fatos sobre falência, expedida pelo distribuidor da sede do licitante, datado dos últimos 90 (noventa) dias, ou que esteja dentro do prazo de validade expresso na própria Certidão;

9.4.2. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercícios e demais demonstrações contábeis dos **02 (DOIS) ÚLTIMOS EXERCÍCIOS SOCIAIS**, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados, quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta.

9.4.2.1. O Balanço Patrimonial para ser considerado válido deverá estar acompanhado dos seguintes documentos:



GOVERNO DO ESTADO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE AURORA DO PARÁ
PODER EXECUTIVO
CNPJ: 83.267.989/0001-21

- a.1.1. Termo de Abertura e Encerramento do Livro Diário;
- a.1.2. Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis;

8.5.3.2 A demonstração da boa situação financeira será avaliada pelos Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), resultantes da aplicação das seguintes fórmulas:

$$\begin{aligned} \text{LG} &= \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}} \\ \text{SG} &= \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}} \\ \text{LC} &= \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}} \end{aligned}$$

As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

- 9.4.3. Os documentos referidos no inciso I do caput deste artigo limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

9.5. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

- 9.5.1. A comprovação da qualificação técnica deverá ser feita através de apresentação de no mínimo 01 (Um) Atestado de capacidade técnica, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que a licitante forneceu ou está fornecendo itens compatíveis com o objeto desta licitação. O atestado emitido por pessoa jurídica de direito privado deverá vir assinado pelo representante legal da empresa emitente, contendo seu nome, CPF ou RG e sua função;

- 9.5.1.1. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente;
- 9.5.1.2. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços.



GOVERNO DO ESTADO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE AURORA DO PARÁ
PODER EXECUTIVO
CNPJ: 83.267.989/0001-21

9.6. DECLARAÇÕES

- a) **Declaração autorizando a PMAP para investigações complementares que se fizerem necessárias nos termos do modelo constante do Anexo III deste edital;**
- b) **Declaração de fidelidade e veracidade dos documentos apresentados, nos termos do modelo constante em anexo IV deste edital;**
- c) Declaração de que atende os requisitos de habilitação;
- d) Declaração, sob as penas da lei, que ateste o cumprimento do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º, da Constituição Federal e artigo 68, inciso VI, da Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021;
- e) Declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infra legais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas. Art. 63, §1º, da Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021.

9.7. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.7.1. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.8. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

9.9. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).



GOVERNO DO ESTADO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE AURORA DO PARÁ
PODER EXECUTIVO
CNPJ: 83.267.989/0001-21

- 9.10. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 9.11. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.
- 9.12. Considerando que na presente contratação a avaliação prévia do local de execução é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, o licitante deve atestar, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do serviço, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia.
- 9.13. A habilitação será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.
- 9.13.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).
- 9.14. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. (IN nº 3/2018, art. 7º, *caput*).
- 9.14.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. (IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único).
- 9.15. A verificação pelo Agente de Contratação, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.
- 9.15.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de no mínimo 02 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Agente de Contratação/Comissão.



GOVERNO DO ESTADO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE AURORA DO PARÁ
PODER EXECUTIVO
CNPJ: 83.267.989/0001-21

- 9.15.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da *Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022*.
- 9.16. A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.
- 9.16.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Projeto Básico/Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.
- 9.16.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.
- 9.17. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º):
- 9.17.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e
- 9.17.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;
- 9.18. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 9.19. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 9.15.1.
- 9.20. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.



GOVERNO DO ESTADO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE AURORA DO PARÁ
PODER EXECUTIVO
CNPJ: 83.267.989/0001-21

- 9.21. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).
- 9.22. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

10. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 10.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 05 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
- 10.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:
- (a) a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e
 - (b) a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.
- 10.3. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.
- 10.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.
- 10.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.
- 10.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.
- 10.7. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.



GOVERNO DO ESTADO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE AURORA DO PARÁ
PODER EXECUTIVO
CNPJ: 83.267.989/0001-21

11. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

11.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

11.1.1. dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e

11.1.2. dos licitantes que mantiverem sua proposta original.

11.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

11.2.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

11.2.2. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

11.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

(a) quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

(b) quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462/23.

11.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.



GOVERNO DO ESTADO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE AURORA DO PARÁ
PODER EXECUTIVO
CNPJ: 83.267.989/0001-21

12. DOS RECURSOS

- 12.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 12.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.
- 12.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:
- 12.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;
- 12.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 20 (vinte) minutos.
- 12.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;
- 12.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.
- 12.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.
- 12.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 12.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.
- 12.7. prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses
- 12.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 12.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.



GOVERNO DO ESTADO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE AURORA DO PARÁ
PODER EXECUTIVO
CNPJ: 83.267.989/0001-21

12.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico www.gov.br/compras.

13. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

13.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

13.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Agente de Contratação/Comissão durante o certame;

13.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando;

13.1.3. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

13.1.4. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

13.1.5. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

13.1.6. deixar de apresentar amostra; ou

13.1.7. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

13.1.8. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

13.1.9. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

13.1.10. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

13.1.11. fraudar a licitação

13.1.12. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

13.1.13. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

13.1.14. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

13.1.15. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação



GOVERNO DO ESTADO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE AURORA DO PARÁ
PODER EXECUTIVO
CNPJ: 83.267.989/0001-21

13.1.16. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

13.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

13.2.1. advertência;

13.2.2. multa;

13.2.3. impedimento de licitar e contratar; e

13.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

13.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

13.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.

13.3.2. as peculiaridades do caso concreto;

13.3.3 as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

13.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;

13.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

13.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

13.4.1. Para as infrações previstas nos itens 13.1.1, 13.1.1 e 13.1.7, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

13.4.2. Para as infrações previstas nos itens 13.1.9, 13.1.10, 13.1.11, 13.1.14 e 13.1.15, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

13.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

13.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.



GOVERNO DO ESTADO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE AURORA DO PARÁ
PODER EXECUTIVO
CNPJ: 83.267.989/0001-21

13.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 13.1.1, 13.1.1 e 13.1.7, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Município de Aurora do Pará, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

13.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 13.1.9, 13.1.10, 13.1.11, 13.1.14 e 13.1.15, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 13.1.1, 13.1.1 e 13.1.7 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

13.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela 13.10. Administração, descrita no item 13.1.7, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

13.2. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

13.3. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

13.4. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

13.5. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.



GOVERNO DO ESTADO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE AURORA DO PARÁ
PODER EXECUTIVO
CNPJ: 83.267.989/0001-21

13.6. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados ao município de Aurora do Pará.

14. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

- 14.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.
- 14.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.
- 14.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos seguintes meios: www.gov.br/compras ou pelo email: licitacaoaurorapara@gmail.com
- 14.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
- 14.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.
- 14.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

15. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 15.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.
- 15.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Agente de Contratação.
- 15.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.
- 15.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 15.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o



GOVERNO DO ESTADO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE AURORA DO PARÁ
PODER EXECUTIVO
CNPJ: 83.267.989/0001-21

interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

- 15.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 15.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 15.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 15.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
- 15.10. O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico www.gov.br/compras, licitacaoaurorapara@gmail.com, <https://auroradopara.pa.gov.br/licitacao.php>, no portal dos Jurisdicionados do Tribunal de contas dos Municípios do Estado do Pará/PA e também poderão ser obtidos no endereço Prefeitura Municipal de Aurora do Pará, Rua Raimunda Mendes de Queiroz nº 306 –CEP 68.658-000 sala da Comissão permanente de licitação, nos dias úteis, no horário das 08:00 horas às 12:00 horas, mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I – Projeto Básico/Termo de Referência

Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar

ANEXO II – Minuta da Ata de Registro de Preços

ANEXO III – MINUTA DE TERMO DE CONTRATO

ANEXO IV – Declaração que autoriza a PMAP a realizar investigações complementares (Modelo);

ANEXO V – Declaração de fidelidade e veracidade dos documentos apresentados (Modelo);

ANEXO VI – Declaração de que atende os requisitos de habilitação (modelo)



GOVERNO DO ESTADO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE AURORA DO PARÁ
PODER EXECUTIVO
CNPJ: 83.267.989/0001-21

ANEXO VII – Declaração, sob as penas da lei, que ateste o cumprimento do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º, da Constituição Federal e artigo 68, inciso VI, da Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021 (Modelo)

ANEXO VII - Declaração de propostas econômicas (Modelo)

ANEXO VIII – MODELO DE PROPOSTA

Aurora do Pará/PA, 23 de junho de 2026.

Antonia Tassila Farias de Araújo
Pregoeira



GOVERNO DO ESTADO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE AURORA DO PARÁ
PODER EXECUTIVO
CNPJ: 83.267.989/0001-21

ANEXO I
TERMO DE REFERÊNCIA

Processo Administrativo nº 20260645
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 029/2026

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

2. Contratações de soluções educacionais integradas que versem sobre a aquisição de materiais didáticos complementares híbridos voltados às áreas de educação musical e educação ambiental, destinados aos estudantes e fornecimento de cursos de formação continuada na modalidade educação a distância (EAD), por meio de plataforma digital com recursos de gamificação educacional, destinados aos professores da rede municipal de educação de Aurora do Pará – PA, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO	ISBN	INDICAÇÃO	UNIDADE	QUANT	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
1	1	LIVRO DESCOBRINDO O MUNDO AO MEU REDOR Especificação: Livro Descobrindo o mundo ao meu redor - Educação Infantil I: Coleção Guardiões do Planeta - livro do estudante	978-655-528-263-4	EDUCAÇÃO INFANTIL	UNIDADE	430	100,40	43.172,00
	2	LIVRO A NATUREZA E SEUS TESOUROS Especificação: Livro A Natureza e seus tesouros - Educação Infantil II: Coleção Guardiões do Planeta - livro do estudante	978-655-528-253-5	EDUCAÇÃO INFANTIL	UNIDADE	430	101,80	43.774,00
	3	LIVRO DESCOBRINDO O MUNDO AO MEU REDOR Especificação: Livro Descobrindo o mundo ao meu redor - Educação Infantil I: Coleção Guardiões do Planeta - livro do professor	978-655-528-262-7	EDUCAÇÃO INFANTIL	UNIDADE	35	130,00	4.550,00
	4	LIVRO A NATUREZA E SEUS TESOUROS Especificação: Livro A Natureza e seus tesouros - Educação Infantil II: Coleção Guardiões do Planeta - livro do professor	978-655-528-261-0	EDUCAÇÃO INFANTIL	UNIDADE	35	130,00	4.550,00
	5	LIVRO PIMPOLHOS: CONTOS Especificação: Livro Pimpolhos: Contos - Educação Infantil: Coleção Tecnokids - livro do estudante	978-655-528-142-2	EDUCAÇÃO INFANTIL 3, 4 e 5 ANOS	UNIDADE	1050	250,00	262.500,00
	6	LIVRO PIMPOLHOS: CONTOS- Especificação: Livro Pimpolhos: Contos - Educação Infantil: Coleção Tecnokids - livro do professor	978-655-528-179-8	EDUCAÇÃO INFANTIL 3, 4 e 5 ANOS	UNIDADE	85	290,00	24.650,00
	7	LIVRO PIMPOLHOS: CANTIGAS Especificação: Livro Pimpolhos: Cantigas - Educação Infantil: Coleção Tecnokids - livro do estudante	978-655-528-178-1	EDUCAÇÃO INFANTIL 3, 4 e 5 ANOS	UNIDADE	1050	250,00	262.500,00



GOVERNO DO ESTADO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE AURORA DO PARÁ
PODER EXECUTIVO
CNPJ: 83.267.989/0001-21

	8	LIVRO PIMPOLHOS: CANTIGAS Especificação: Livro Pimpolhos: Cantigas - Educação Infantil: Coleção Tecnokids - livro do professor	978-655-528-132-3	EDUCAÇÃO INFANTIL 3, 4 e 5 ANOS	UNIDADE	85	290,00	24.650,00
	9	LIVRO EDUCAÇÃO MUSICAL Especificação: Livro Educação Musical - Educação Infantil 4 anos - Coleção Desafio Educacional - Livro do Aluno	978-655-528-071-5	EDUCAÇÃO INFANTIL 4 ANOS	UNIDADE	430	247,00	106.210,00
	10	LIVRO EDUCAÇÃO MUSICAL Especificação: Livro Educação Musical - Educação Infantil 4 anos - Coleção Desafio Educacional - Livro do Professor	978-655-528-080-7	EDUCAÇÃO INFANTIL 4 ANOS	UNIDADE	35	279,00	9.765,00
	11	LIVRO EDUCAÇÃO MUSICAL. Especificação: Livro Educação Musical - Educação Infantil 5 anos - Coleção Desafio Educacional - Livro do Aluno	978-655-528-072-2	EDUCAÇÃO INFANTIL 4 ANOS	UNIDADE	430	247,00	106.210,00
	12	LIVRO EDUCAÇÃO MUSICAL Especificação: Livro Educação Musical - Educação Infantil 5 anos - Coleção Desafio Educacional - Livro do Professor	978-655-528-067-8	EDUCAÇÃO INFANTIL 4 ANOS	UNIDADE	35	279,00	9.765,00
2	13	EDUCAÇÃO 365 - CURSO DE FORMAÇÃO - NOSSAS RAÍZES Especificação: Educação 365 - Curso de Formação - Nossas Raízes: A Presença Indígena e Africana na Identidade Brasileira	978-65-5528-364-8	PROFESSOR	UNIDADE	583	240,00	139.920,00
	14	EDUCAÇÃO 365 - CURSO DE FORMAÇÃO Especificação: Educação 365 - Curso de Formação - Gestão Escolar, Liderança e Coordenação Pedagógica.	978-65-5528-371-6	PROFESSOR	UNIDADE	583	240,00	139.920,00
	15	EDUCAÇÃO 365 - CURSO DE FORMAÇÃO - COMBATE AO BULLYING Especificação: Educação 365 - Curso de Formação - Combate ao Bullying.	978-65-5528-371-6	PROFESSOR	UNIDADE	583	240,00	139.920,00
	16	EDUCAÇÃO 365 - CURSO DE FORMAÇÃO Especificação: Educação 365 - Curso de Formação - Método Montessori para o Desenvolvimento da Criança	978-65-5528-357-0	PROFESSOR	UNIDADE	583	240,00	139.920,00
VALOR TOTAL ESTIMADO								1.461.976,00

Lote 1 – Solução Educacional de Livros Didáticos Complementares Híbridos

Características dos livros:

Fornecer o miolo de cada livro deverá ser impresso em 4 cores, em papel offset de gramatura mínima de 75 gr./m². O papel de capa dos livros deverá ser impresso em 4 cores em papel cartão branco de gramatura mínima de 240 gr./m². Deverão estar em tamanho aproximado A4 para todos os livros, com exceção o livro da Educação Infantil da Coleção Guardiões do Planeta e Tecnokids que deverão ser em tamanho A3 na versão aluno. A produção dos livros deverá ter como base a norma técnica para produção de livros didáticos ABNT 14.869-2 para a garantia de qualidade e resistência; Deverá fornecer capacitação para os professores com finalidade na utilização dos livros didáticos complementares, bem como a utilização dos recursos interativos. A



GOVERNO DO ESTADO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE AURORA DO PARÁ
PODER EXECUTIVO
CNPJ: 83.267.989/0001-21

capacitação deverá ser online e deverá possuir 30 horas, devendo ser realizada de acordo com o cronograma definido pela Secretaria de Educação.

Características tecnológicas dos livros:

Os livros são materiais didáticos complementares e devem consolidar a aprendizagem do aluno em relação aos objetivos propostos pela BNCC, devendo fornecer tecnologias com conteúdo que acompanhem os assuntos e temas tratados nos livros, com as seguintes características mínimas:

Deve fornecer conteúdo digital complementar ao livro com licenciamento pelo prazo de 1 (um) ano, sem ônus;

Deve fornecer conteúdo digital complementar ao livro em nuvem com acesso por usuário conector Google, Microsoft, Apple;

Deve permitir acesso por usuário tipo CPF, RA, RG, ou nome, mais senha, com recursos de autenticador de verificação em duas etapas, para proteção de possíveis invasões, do tipo Microsoft Autenticador e/ou Google Autenticador e/ou similar;

Deve permitir acesso por usuário tipo CPF, RA, RG, ou nome, mais senha, com recursos de autenticador de verificação em duas etapas, para proteção de possíveis invasões, por meio de geração de código e envio a e-mail previamente cadastrado;

Deve possuir recursos de habilitação de “reCAPCTHA” caso o usuário erre a senha determinada quantidade de vezes, para proteção contra invasão por robôs automatizados;

Deve possuir recursos de inserção e o gerenciamento do conteúdo digital complementar ao livro no qual o estudante possa realizar uma jornada de estudos composta por fases/eixos compostos por objetos de aprendizagem avaliativos individualizados, que possuam feedback de erros e acertos, cuja pontuação deverá ser apresentada sequencialmente somada, com tentativas de erros limitadas, e pontuação final, que poderá ser configurada para permitir ou não o avanço para a próxima fase/eixo a partir de uma pontuação mínima;

Deve possuir recursos do conteúdo digital complementar ao livro com compartilhamento em turmas com configuração de datas de agendamento de início e fim;

Deve possuir recursos para que o estudante acompanhe o seu progresso e desempenho na trilha de aprendizagem por meio de histórico e ranking, que poderá ser configurado para apresentar o desempenho de todos os estudantes ou somente as três primeiras posições e a sua própria posição;

Deve possuir recursos que permitam ao professor visualizar na trilha de aprendizagem todos os estudantes com suas pontuações e tempo de uso em cada fase/eixo, bem como a média de cada fase/eixo em gráfico;

Deve possuir recursos de apresentar dados detalhados do uso do conteúdo digital complementar ao livro sobre o progresso individual dos estudantes, o desempenho;



GOVERNO DO ESTADO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE AURORA DO PARÁ
PODER EXECUTIVO
CNPJ: 83.267.989/0001-21

Deve possuir recursos de acesso a dados detalhados do uso do conteúdo digital complementar ao livro onde os professores vinculados a uma turma possam acessar os relatórios de suas turmas;

Deve possuir recursos de acesso a dados detalhados do uso do conteúdo digital complementar ao livro por meio de filtros que possam refinar os dados dos relatórios, com opções de filtro de período flexíveis, com pelo menos o seguinte: últimos 7, 14, 28 ou 30 dias; hoje, ontem; esta semana (domingo ou segunda-feira); semana passada (domingo ou segunda-feira); este mês, mês passado; este ano, ano passado; período personalizado;

Deve possuir recursos de apresentar uma funcionalidade de mesclagem para trilhas educacionais idênticas compartilhadas na mesma rede durante o período selecionado, apresentando caixa de seleção com as trilhas iguais à selecionada, permitindo a unificação e mesclagem dos dados para o relatório;

Deve possuir recursos de apresentar relatório por escola, contendo tabela estatística dos registros; com as informações de total de participantes, habilidades concluídas, habilidades pendentes e porcentagem de habilidades concluídas;

Deve possuir recursos de relatório que apresente tabela com o total de participantes, com a soma dos estudantes de todas as turmas da escola selecionada; com a quantidade total de habilidades concluídas em todos os eixos da trilha; com a quantidade de habilidades ainda não realizadas e com o percentual de habilidades concluídas em relação ao total de habilidades da trilha;

Deve fornecer conteúdo digital complementar ao livro com aplicativo versão iOS e Android;

Deve fornecer aplicativo com conteúdo digital complementar ao livro com funcionamento off-line e online;

Deve possuir funcionalidade de acesso off-line mediante login memorizado;

Deve possuir funcionalidade de acesso online com usuário tipo CPF, RA, RG, ou nome, mais senha, e acesso por usuário conector Google e Microsoft para Android e conector Apple, Google e Microsoft para iOS.

Deve possuir funcionalidade de sincronização online que permita receber novo conteúdo digital complementar ao livro para utilização online e off-line;

Deve possuir recursos para visualização do percentual de conclusão e quantidade do tema/fase, visualização da quantidade de pontos atuais e pontuação máxima, recursos de ranking com a pontuação atingida, recursos de ranking para com a pontuação dos três primeiros colocados, troféus ou medalhas de diferenciação dos colocados e sua própria posição, recursos de temas/fases em sequência obrigatória com percentual mínimo ou sem sequência obrigatória, a critério do professor, recursos de entrega de certificado em caso de conclusão com sucesso;



**GOVERNO DO ESTADO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE AURORA DO PARÁ
PODER EXECUTIVO
CNPJ: 83.267.989/0001-21**

Deve possuir fórum para interação em tópicos, responder mensagem do tópico e mensagens de outros usuários;

Deve permitir salvar tópicos para consulta offline;

Deve possuir visualização de avisos;

Deve permitir reuniões/aulas ao vivo disponibilizados e gerenciados pelo professor;

Deve possuir listagem dos professores do usuário conforme turma selecionada;

Lote 2 – Solução Educacional de Formação Continuada
Características do licenciamento dos cursos:

Curso de Formação – A Presença Indígena e Africana na Identidade Brasileira

Os conteúdos devem ser divididos em módulos e abordar no mínimo o que segue: diversidade linguística indígena, influência indígena na língua portuguesa, toponímia indígena no Brasil, valor cultural das línguas indígenas, preservação cultural, saberes botânicos e medicinais, influência africana na língua portuguesa, palavras de origem africana, reflexão sobre linguagem e preconceito, práticas pedagógicas, base legal; glossário bilíngue. Deve possuir: brincadeiras e jogos tradicionais, brincadeiras indígenas, brincadeiras de origem africana, influências nas brincadeiras brasileiras, brincar como preservação da cultura, papel da escola na valorização cultural, alimentação e sabores tradicionais, ingredientes indígenas na alimentação, ingredientes africanos na alimentação, música e ritmos culturais, música indígena, música africana, análise musical e criação coletiva.

O curso deverá apresentar: lendas e histórias dos povos africanos e indígenas, sabedoria ancestral e oralidade, lendas africanas, lendas indígenas, contação de histórias e tradição oral, influência dos mitos na cultura brasileira, espiritualidade e orixás, religiões de matriz africana e indígena, rituais e práticas espirituais indígenas, diálogos com a ancestralidade, preservação da cultura ancestral. Devem ser abordados no curso: a escravização indígena e a violência colonial, a resistência indígena, os movimentos indígenas contemporâneos e os direitos constitucionais, o tráfico transatlântico de africanos e escravidão no Brasil, Quilombos e territórios de liberdade, Quilombo dos Palmares e lideranças da resistência, as revoltas de pessoas escravizadas, as comunidades quilombolas na atualidade.

O curso deve trazer conteúdo sobre: arte, literatura e expressões culturais afro-indígenas, oralidade e contação de histórias, pintura corporal e artesanato indígena, danças e rituais indígenas, máscaras e tecidos afrodescendentes, arte afro-brasileira e resistência cultural, papel da arte na preservação das tradições, arte como enfrentamento ao racismo e afirmação identitária, leitura e discussão de textos literários afro-brasileiros, Conceição Evaristo, Elisa Lucinda, Daniel Munduruku,



GOVERNO DO ESTADO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE AURORA DO PARÁ
PODER EXECUTIVO
CNPJ: 83.267.989/0001-21

estudo e criação de arte como protesto, cartazes, poesias, grafites, roda de saberes com convidados, mestres da cultura popular, capoeira, maracatu, cerâmica indígena, produção de podcast ou vídeo educativo, propostas como criação de mural de resistência.

O curso deverá abordar: os avanços legais no reconhecimento de direitos afro-brasileiros e indígenas, a Constituição de 1988 e direitos dos povos indígenas, as Leis 10.639/03 e 11.645/08 na educação, os desafios atuais e racismo estrutural, os movimentos sociais e políticas públicas de igualdade racial, as desigualdades históricas e impactos sociais, as políticas afirmativas e reparação histórica, o papel das instituições e da educação no combate ao racismo. São conteúdos necessários serem abordados: a construção de uma sociedade antirracista e inclusiva, o racismo estrutural e desigualdades sociais, a educação como espaço de transformação social, as práticas pedagógicas antirracistas na escola, a implementação das Leis 10.639/03 e 11.645/08 no currículo, a valorização dos saberes afro-brasileiros e indígenas, as estratégias educacionais e políticas para equidade racial, a formação de identidade positiva e pertencimento cultural.

O curso deverá apresentar: o papel do professor na valorização da identidade brasileira, formação ética, a estética e cultural, a oportunidade de ampliar olhares, o enriquecer dos saberes, a educação que valoriza a diversidade como potência, a compreensão da diversidade cultural nas Leis 10.639/03 e 11.645/08 na educação, a valorização de identidades e vozes historicamente silenciadas, os desafios docentes no trabalho com culturas afro-brasileiras e indígenas, o currículo integrado e saberes tradicionais, a formação continuada e diálogo com comunidades e lideranças, a educação para justiça histórica e combate ao racismo, os materiais didáticos e superação de estereótipos, a formação de cidadãos em uma sociedade plural, a avaliação final com elaboração de sequência didática.

O curso deverá apresentar atividades pedagógicas para os anos iniciais e atividades pedagógicas para os anos finais para a prática docente.

A carga horária mínima deste curso deverá ser de 30 horas com emissão de certificado.

Curso de Formação – Gestão Escolar, Liderança e Coordenação Pedagógica

Os conteúdos devem ser divididos em módulos e abordar no mínimo o que segue: funções do orientador pedagógico, função orientadora, função articuladora, função formadora, função transformadora, Projeto Político-Pedagógico (PPP), orientador como formador de professores, autoformação, alinhamento pedagógico, legislação educacional, diferença entre orientador pedagógico e orientador educacional, gestão do processo de ensino, formação continuada em serviço, competências do



GOVERNO DO ESTADO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE AURORA DO PARÁ
PODER EXECUTIVO
CNPJ: 83.267.989/0001-21

orientador, olhar formativo, escuta e interlocução, articulação estratégica, conhecimento da realidade escolar, competências socioemocionais, autoconhecimento, empatia, impacto na aprendizagem, impacto no clima escolar.

Deverá trabalhar os seguintes aspectos: mediação de conflitos, cultura da paz, não-violência, facilitador neutro, pré-mediação, mediação formal, pós-mediação, escuta ativa, validação de emoções, parceria escola-família, canais de comunicação, envolvimento dos pais, mediação com famílias, ambiente inclusivo, necessidades educacionais especiais, mediação com professores, conscientização sobre diversidade, conflito entre alunos, conflito entre professores.

Deverão ser abordados os conteúdos sobre: planejamento pedagógico estratégico, gestão democrática, planejamento participativo, etapas do planejamento, revisão do ano anterior, envolvimento da comunidade escolar, definição de metas e objetivos, estratégias diversificadas, metodologias ativas, monitoramento e ajuste contínuo, diagnóstico de dificuldades de aprendizagem, fatores socioambientais, estigmatização, tipos de dificuldades, dislexia, discalculia, disgrafia, TDAH, TEA, encaminhamentos, equipe multidisciplinar, plano de apoio individualizado, acompanhamento pedagógico, coleta de dados, análise e diagnóstico, planejamento da intervenção, execução e acompanhamento, avaliação, planejamento colaborativo, comunidades de prática, trabalho por projetos.

Deverá ser apresentado os seguintes conteúdos: gestão de projetos educacionais, programas de inclusão e diversidade, formação continuada de professores, construção da identidade profissional, diagnóstico da realidade escolar, pluralidade étnica, racial, história e cultura afro-brasileira e indígena, projetos interdisciplinares, círculos de diálogo, escuta ativa, justiça restaurativa, mediação de saberes e práticas, diálogo com contexto social, alinhamento ao PPP, campanhas educativas, saúde, meio ambiente, questões sociais, função social da escola, pedagogia de projetos, escola promotora de saúde, sustentabilidade, prevenção da violência, igualdade de gênero, parcerias com instituições externas, avaliação de impacto, indicadores de sucesso.

O curso deverá possuir, ainda, os seguintes conteúdos: identidade profissional do orientador pedagógico, desafios e perspectivas, função na escola pública, legislação sobre coordenador pedagógico, gestão pedagógica, formação continuada, acompanhamento de avaliações, suporte diário aos professores, organização e planejamento, visão sistêmica, liderança, mediação, comunicação assertiva, empatia, cultura de diálogo, reconhecimento e valorização da equipe, clima escolar colaborativo.

A carga horária mínima deste curso deverá ser de 30 horas com emissão de certificado.



**GOVERNO DO ESTADO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE AURORA DO PARÁ
PODER EXECUTIVO
CNPJ: 83.267.989/0001-21**

Curso de Formação – Combate ao Bullying

Os conteúdos devem ser divididos em módulos e abordar no mínimo o que segue: Bullying x conflito comum, intencionalidade, repetição, desequilíbrio de poder, bullying físico, bullying verbal, bullying moral, bullying psicológico, cyberbullying, consequências para vítimas, consequências para agressores, consequências para espectadores.

Abordar as leis: Lei nº 13.185/2015, Lei nº 14.811/2024 sobre criminalização do bullying, deveres da escola, atuação preventiva e corretiva. Deve apresentar o papel de professores e funcionários diante dessa situação, dos sinais emocionais e comportamentais, dos sinais físicos, dos sinais no ambiente escolar, do perfil da vítima, do perfil do agressor, do perfil dos espectadores, dos fatores de risco individuais, dos fatores de risco familiares, dos fatores de risco escolares, dos fatores de risco sociais, dos fatores de proteção, dos impactos na aprendizagem.

O curso deverá abordar sobre: protocolo de acolhimento, escuta ativa e empática, espaço seguro e sigiloso, suporte imediato à vítima, intervenção com o agressor, diálogo reflexivo, responsabilização, encaminhamentos pedagógicos, encaminhamentos psicológicos, encaminhamentos jurídicos, papel da gestão escolar, escuta qualificada, registros formais, fichas de ocorrência, relatórios, sigilo e ética, parcerias externas com Conselho Tutelar, CRAS, Ministério Público.

É fundamental que o curso traga sobre: práticas restaurativas, princípios restaurativos, respeito mútuo, voluntariedade, reparação do dano, corresponsabilidade, círculos de paz, círculos restaurativos, conferências restaurativas, mediação de conflitos.

O curso deverá trabalhar: plano de ação institucional, documento vivo, revisão periódica, atualização, eixo prevenção e conscientização, eixo Intervenção e acolhimento, eixo formação e capacitação, eixo monitoramento e avaliação, elaboração de proposta, contexto escolar, função do cursista, campanha educativa, atividade com alunos, ação com equipe escolar, proposta de aula.

Deverá possuir a entrega de um trabalho final. A carga horária mínima deste curso deverá ser de 30 horas com emissão de certificado.

Curso de Formação – Método Montessori para o Desenvolvimento da Criança

Os conteúdos devem ser divididos em módulos e abordar no mínimo o que segue: Definição de primeira infância, importância dos primeiros seis anos de vida, plasticidade cerebral, janela de oportunidades, desenvolvimento cognitivo, fases do desenvolvimento segundo Piaget, interação com o meio, construção do conhecimento, importância do brincar, brincar como trabalho da criança, desenvolvimento da imaginação e criatividade, ludicidade, socialização, Vygotsky e a interação social, Winnicott e o brincar, Freud e a expressão de angústias,



GOVERNO DO ESTADO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE AURORA DO PARÁ
PODER EXECUTIVO
CNPJ: 83.267.989/0001-21

desenvolvimento socioemocional, afetividade, Wallon, inteligência emocional, educação socioemocional na BNCC, desafios na primeira infância, desigualdade social, acesso à saúde pública, infraestrutura escolar, formação de professores, políticas públicas para a infância, ECA, marco legal da primeira infância.

Deve abordar: a Biografia de Maria Montessori, observação científica, respeito à criança, liberdade e autonomia, ambiente preparado, materiais adaptados, quatro planos de desenvolvimento, mente absorvente (0 a 6 anos), infância intermediária (6 a 12 anos), adolescência (12 a 18 anos), maturidade (18 a 24 anos), características de cada fase, necessidades específicas, autoeducação, educação como ciência, educação cósmica, criança equilibrada, adulto preparado, seis pilares educacionais, autoeducação, educação como ciência, educação cósmica, ambiente preparado, criança equilibrada, adulto preparado, atividades práticas e sensoriais, materiais de vida prática, materiais sensoriais, controle do erro, liberdade de escolha, protagonismo da criança, papel do professor como guia.

O curso deve trazer: a organização do espaço na sala de aula, o ambiente preparado, a mobília adaptada ao tamanho da criança, as áreas temáticas, a linguagem, a matemática, as atividades sensoriais, a vida prática, os materiais acessíveis, o espaço para movimento, as áreas externas, o playground, os cantinhos acolhedores, a ludicidade, as turmas multi-idade, a convivência entre diferentes faixas etárias, a aprendizagem entre pares, a construção da autonomia, o impacto do espaço na independência, a mente absorvente, a confiança e a segurança, a influência da natureza, a jardinagem, a reciclagem, o cuidado com plantas e animais, a conexão com o meio ambiente, a educação ambiental, os materiais montessorianos, as características dos materiais, os materiais reais (madeira, vidro, metal), o controle de erro, o estímulo à criatividade, a inclusão e a acessibilidade, as adaptações para crianças com deficiência, o respeito à diversidade, o aprendizado ativo, a autoeducação, o protagonismo do aluno, o papel do professor como observador.

Deverá ser trabalhado sobre: professor tradicional x guia montessoriano, centralidade no aluno, professor como observador, guia e facilitador, relação respeitosa e empática, conhecimento dos estágios de desenvolvimento, observação atenta, identificação de necessidades e interesses, intervenção mínima, orientação individualizada, adaptação curricular, respeito ao ritmo de aprendizagem, autonomia e independência, liberdade com responsabilidade, promoção da autoconfiança, intervenção somente quando necessário, incentivo à tomada de decisões, valorização do erro como oportunidade de aprendizado, formação continuada do educador, postura reflexiva, escuta ativa, empatia, preparação do ambiente, mediação de conflitos, autoavaliação e reflexão, autorregulação, desenvolvimento do pensamento crítico, contribuição para formação de cidadãos conscientes.



GOVERNO DO ESTADO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE AURORA DO PARÁ
PODER EXECUTIVO
CNPJ: 83.267.989/0001-21

São conteúdos que o curso deve trazer: a alfabetização no método Montessori, a visão da criança como ser ativo e curioso, a aprendizagem independente, o respeito ao ritmo individual, o desenvolvimento da escrita antes da leitura, a psicomotricidade, os materiais sensoriais, a associação entre sons e formas gráficas, a memória muscular, a preparação indireta para escrita, o ambiente alfabetizador, a organização da sala, os materiais acessíveis, a socialização entre idades, o letramento, o uso crítico da leitura e escrita, a percepção dos sons, a leitura total, a compreensão e interpretação, o livro da vida, as produções textuais coletivas, a valorização do erro, a progressão individual, o protagonismo da criança, o desenvolvimento cognitivo e emocional, a formação de leitores críticos e criativos.

O curso deve apresentar o conteúdo sobre a matemática em Montessori apresentando: mente matemática, inclinação natural para a matemática, aprendizado concreto e sensorial, materiais manipulativos, barras vermelhas e azuis, material dourado, ábaco, torre rosa, blocos geométricos, contas de contagem, abstrações materializadas, neurociência e desenvolvimento matemático, interesse natural por números, mediação do professor, ambiente preparado, exploração matemática, repetição e conexões, vida prática e matemática, ordenação, classificação, estimativa, contagem, consciência numérica, transição do concreto para o abstrato, percepção espacial, alfabetização matemática, BNCC e matemática, resolução de problemas, raciocínio lógico, autonomia, colaboração, desenvolvimento da autoconfiança, matemática como linguagem universal. O curso deverá trazer estudos de caso para: resolução de conflitos no ambiente Montessori, autonomia e responsabilidade, comunicação não violenta, expressão de sentimentos, escuta ativa, autorregulação emocional, espaços de acolhimento, reflexão e equilíbrio, respeito às diferenças, potencialização das capacidades, transição do ensino tradicional para Montessori, estratégias de acolhimento, liberdade gradual, motivação intrínseca, desinteresse e desmotivação, reestímulo à curiosidade, trabalho significativo, aprendizagem entre pares, habilidades sociais, autorregulação emocional, respiração consciente, pausa reflexiva, autonomia emocional.

Deverá promover a construção de um plano de aula com as seguintes características: desenvolvimento da linguagem, ambiente rico em estímulos, jogos de sons e rimas, consciência fonológica, cartões de imagens e nomes, objetos reais, letras móveis, formação de palavras, pré-leitura e pré-escrita, avaliação por observação, desenvolvimento da mente matemática, plano de aula para matemática, materiais concretos, contagem, correspondência número-quantidade, formas geométricas, blocos lógicos, torre rosa, barras numéricas, registro e reflexão, exploração cultural, geografia, mapas, globo, feriados e celebrações, diversidade cultural, experimentos científicos, arte e criatividade, rotina e autonomia, sequência de atividades, transições suaves, atividades de vida prática, organização do espaço, parceria família-escola,



GOVERNO DO ESTADO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE AURORA DO PARÁ
PODER EXECUTIVO
CNPJ: 83.267.989/0001-21

autoconfiança e solução de problemas, liberdade de escolha, erro como oportunidade, trabalho em grupo, implementação em ambientes não exclusivamente Montessori, adaptações criativas, recursos acessíveis, reorganização do espaço, materiais alternativos, valorização da autonomia independentemente do contexto. A carga horária mínima deste curso deverá ser de 30 horas com emissão de certificado.

Características da Plataforma que deverá ser utilizada para a realização dos conteúdos de Formação Continuada:

1. **Ambiente em nuvem:**
2. Deverá fornecer ambiente em nuvem em servidores espelhados, garantindo redundância de conexão à internet, sistema de refrigeração, controle de umidade, backup e fornecimento de energia, com o objetivo de garantir uma disponibilidade mínima de 99,9% e segurança de acesso restrito, controlado e identificado às instalações. Deve incorporar o protocolo SSL (Secure Sockets Layer), que proporciona criptografia aos dados transmitidos, garantindo que todo o gerenciamento possa ocorrer integralmente online por meio da internet.
3. **Acesso:**
4. Deverá permitir acesso por usuário conector Google, Microsoft, Apple.
5. Deverá permitir acesso por usuário tipo CPF, RG, ou nome, mais senha, com recursos de autenticador de verificação em duas etapas, para proteção de possíveis invasões, do tipo Microsoft Autenticador e/ou Google Autenticador e/ou similar.
6. Deverá permitir acesso por usuário tipo CPF, RG, ou nome, mais senha, com recursos de autenticador de verificação em duas etapas, para proteção de possíveis invasões, por meio de geração de código e envio a e-mail previamente cadastrado.
7. Deverá possuir recursos de habilitação de “reCAPCTHA” caso o usuário erre a senha determinada quantidade de vezes, para proteção contra invasão por robôs automatizados.
8. Deverá possuir recursos para gerenciar contas e acessos salvos. Após o primeiro login, o acesso do usuário deverá ser armazenado, permitindo futuros acessos sem a necessidade de inserir a senha.
9. Deverá possuir recursos de descoberta de dispositivos conectados com último acesso e nome do dispositivo, bem como funcionalidade de desconectar dispositivos.
10. Deverá possuir recursos de impedimento de mudança de nome do usuário, para prevenir que nomes indevidos sejam incluídos pelos cursistas.
11. Deverá possuir recursos de forçar nova senha ao logar.
12. Deverá possuir recursos de alterar os dados pessoais como: e-mail, telefone, sexo, data de nascimento e CPF.
13. Deverá possuir recursos de alterar a senha de acesso, com opção de exigir nova senha no próximo login.
14. **Publicação e compartilhamento:**
15. Deverá fornecer ambiente com recursos de publicação de novos cursos de formação.
16. Deverá fornecer ambiente com recursos de compartilhamento de cursos com as turmas.
17. Deverá fornecer ambiente com recursos de disponibilização de atividades com agendamento de data e hora de início e data e hora de final.
18. Deverá fornecer ambiente com mecanismos de atribuição de cursos em lote por meio de playlists.
19. Deverá fornecer ambiente com mecanismo de busca de cursos por nomes, busca por “tags ou marcadores”, permitindo ainda cadastrar/descadastrar novas “tags ou marcadores”.
20. Deverá fornecer ambiente com recursos de realização aulas ao vivo, para a realização de videoconferência síncrona, com histórico dos registros de todos os eventos ao vivo compartilhados com os cursistas, facilitando a consulta posterior, com histórico dos eventos dos quais os cursistas de cada turma participaram, de preferência apresentadas de forma agrupada por mês.



GOVERNO DO ESTADO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE AURORA DO PARÁ
PODER EXECUTIVO
CNPJ: 83.267.989/0001-21

21. Deverá fornecer ambiente com recursos para que os cursos sejam sincronizados e baixados em aplicativo e possam ser utilizados off-line.
22. **Acompanhamento do desempenho:**
23. O ambiente deverá permitir a recuperação das atividades detalhadas dos cursos, com apuração do registro de cada atividade feita, certas ou erradas e pontuação final.
24. O ambiente deverá possuir recursos de envio via e-mail com registro de cada atividade feita mostrando as respostas certas ou erradas e pontuação final.
25. O ambiente deverá possuir recursos de gerar PDF com registro de cada atividade feita mostrando as respostas certas ou erradas e pontuação final.
26. O ambiente deverá permitir a seleção de períodos de sete, quatorze, vinte e oito, trinta dias, hoje, ontem, esta semana, semana passada, este mês, mês passado, este ano, ano passado e períodos personalizados onde se possa selecionar datas do calendário para início e fim para visualização das informações das atividades feitas cursos, por cursista, por turma.
27. O ambiente deverá possuir recursos de baixar as informações das atividades feitas nos cursos em CSV.
28. O ambiente deverá possuir estatísticas de uso dos cursos, dentro do período escolhido, com datas de disponibilização, quantidades de cursistas com pontuação, sem pontuação e o percentual de utilização.
29. O ambiente deverá possuir provas em tempo real, com lista de provas em andamento, quantidade de cursistas com provas feitas e quantidade de cursistas com provas a fazer, nome dos cursistas que realizaram, nota alcançada, data e hora da nota gravada, status de prova completa e prova incompleta, com possibilidade de anulação de prova incompleta durante sua realização.
30. O ambiente deverá permitir o recebimento de arquivos como imagens, textos, planilhas, apresentações, vídeos com recursos de avaliação da entrega com atribuição de pontuação, possibilidade de digitar feedback para o cursista e marcação que o obrigue a refazer a atividade, caso o professor do curso deseje. Na nova entrega de arquivo, os mesmos recursos devem estar disponíveis, tanto para avaliação, como para feedback e exigência de refazer, caso necessário.
31. **Gestão:**
32. Deverá fornecer ambiente com gestão da estrutura hierárquica anual de redes, sub redes, turmas e cursistas, para controle dos dados dos cursistas, turmas vinculadas, com permissão de leitura e/ou edição.
33. Deverá possuir gestão que permita cadastrar cursistas, professores, gestores.
34. Deverá possuir gestão de cursistas, professores, gestores, com funcionalidades para editar, transferir, desativar e remover usuários de uma turma.
35. Deverá possuir gestão que permita cadastrar, editar e excluir redes de turmas.
36. Deverá possuir gestão que permita a criação de grupos exclusivos dentro das turmas, com objetivo de envio de conteúdos educacionais específicos para os cursistas dos grupos.
37. Deverá possuir gestão que permita a inscrição de cursistas nas turmas de forma automática ou autorizada.
38. Deverá possuir gestão que permite habilitar notificações para cursistas e professores, possibilitando avisá-los quando novas aulas forem postadas nas turmas às quais eles pertencem.
39. Deverá possuir gestão que contenha recursos de filtragem de relatório de aulas e cursos publicados com informações por período de publicação, usuários e vínculos da aula/curso. O período de publicação deverá ser definido por ano ou por data específica. Os usuários deverão ser filtrados por aqueles que pertencem à rede ou por aqueles que publicaram aulas vinculadas à rede. Os vínculos da aula incluirão opções como turma, playlist, trilha ou apenas publicadas.
40. Deverá possuir gestão que contenha recursos de exibição de relatórios de uso da plataforma com as estatísticas de uso dos cursistas, quantitativo de acessos de aulas, trilhas e reuniões, classificando por períodos recentes específicos, e opção de aplicar um filtro para uma data específica.
41. Deverá possuir gestão que contenha recursos de estatística para baixar dados em CSV com opção de exportar todas as informações ou somente a página atual, quando houver muitos dados.



GOVERNO DO ESTADO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE AURORA DO PARÁ
PODER EXECUTIVO
CNPJ: 83.267.989/0001-21

42. Trilhas de aprendizagem:

43. Deverá fornecer ambiente com recursos de inserção e o gerenciamento de trilhas de aprendizagem com mecanismo de ensino/aprendizagem gamificado no qual o cursista possa realizar uma jornada de estudos composta por fases/eixos compostos por objetos de aprendizagem avaliativos individualizados, que possuam feedback de erros e acertos, cuja pontuação deverá ser apresentada sequencialmente somada, com tentativas de erros limitadas, e pontuação final, que poderá ser configurada para permitir ou não o avanço para a próxima fase/eixo a partir de uma pontuação mínima.
44. Deverá possuir recursos de trilhas que possam ser programadas para realização sequencial ou aleatória.
45. Deverá possuir recursos de trilhas que possam emitir certificados de conclusão e com possibilidade de validação de certificado.
46. Deverá possuir recursos de trilhas com compartilhamento em turmas com configuração de datas de agendamento de início e fim.
47. Deverá possuir recursos para que o cursista acompanhe o seu progresso e desempenho na trilha de aprendizagem por meio de histórico e ranking, que poderá ser configurado para apresentar o desempenho de todos os cursistas ou somente as três primeiras posições e a sua própria posição.
48. Deverá possuir recursos que permitam ao professor visualizar na trilha de aprendizagem todos os cursistas com suas pontuações e tempo de uso em cada fase/eixo, bem como a média de cada fase/eixo em gráfico.
49. Deverá possuir recursos de geração de relatórios abrangentes sobre o uso de trilhas educacionais.
50. Deverá possuir recursos de apresentar dados detalhados do uso de trilhas educacionais sobre o progresso individual dos cursistas, o desempenho das turmas e o uso geral das trilhas.
51. Deverá possuir recursos de apresentar dados detalhados do uso de trilhas educacionais para fornecer insights importantes sobre o desenvolvimento dos cursistas em cada trilha, indicando a quantidade de habilidades concluídas, as habilidades pendentes, as notas obtidas e o status de aprovação.
52. Deverá possuir recursos de acesso a dados detalhados do uso de trilhas educacionais onde os professores vinculados a uma turma possam acessar os relatórios de suas turmas.
53. Deverá possuir recursos de acesso a dados detalhados do uso de trilhas educacionais por meio de filtros que possam refinar os dados dos relatórios, com opções de filtro de período flexíveis, com pelo menos o seguinte: últimos 7, 14, 28 ou 30 dias; hoje, ontem; esta semana (domingo ou segunda-feira); semana passada (domingo ou segunda-feira); este mês, mês passado; este ano, ano passado; período personalizado.
54. Deverá possuir recursos de acesso a dados detalhados do uso de trilhas educacionais para realizar a aplicação do filtro com base no histórico de compartilhamento da trilha nas turmas da rede dentro do período selecionado;
55. Deverá possuir recursos de permitir a seleção de trilhas educacionais específicas para o relatório.
56. Deverá possuir recursos de apresentar uma funcionalidade de mesclagem para trilhas educacionais idênticas compartilhadas na mesma rede durante o período selecionado, apresentando caixa de seleção com as trilhas iguais à selecionada, permitindo a unificação e mesclagem dos dados para o relatório.
57. Deverá possuir recursos de critérios específicos para a identificação de trilhas educacionais iguais, considerando nomes de eixos e habilidades, alterações em projetos, como modificações no nível da regra da trilha, alterações na ordem dos elementos, como a mudança de posição de eixos e habilidades.
58. Deverá possuir recursos de permitir a definição de um nome para a junção de trilhas educacionais mescladas.
59. **Fórum:**
60. Deverá fornecer ambiente em nuvem com recursos de fórum que permita a criação de tópicos para interação de cursistas.
61. Deverá possuir recursos de fórum que permita a formatação de textos em tópicos tais como títulos, negrito, itálico, sublinhado, citação, lista ordenada, lista não ordenada, links, blocos de códigos.
62. Deverá possuir recursos de fórum que permita a divulgação/compartilhamento de tópicos para turmas de cursistas específicas aplicando datas de início e fim dos compartilhamentos.



GOVERNO DO ESTADO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE AURORA DO PARÁ
PODER EXECUTIVO
CNPJ: 83.267.989/0001-21

63. Deverá possuir recursos de fórum que permita a interação nos tópicos de professores e cursistas para postagem de mensagens e respostas à mensagens de outras pessoas com formatação de títulos, negrito, itálico, sublinhado, citação, lista ordenada, lista não ordenada, links, blocos de códigos.
64. Deverá possuir recursos de fórum que permita a interação nos tópicos de professores e cursistas para postagem de anexos de imagens e demais tipos de arquivos.
65. Deverá possuir recursos de fórum que permita a tópicos de professores e estudantes para curtir mensagens de outros usuários.
66. Deverá possuir recursos de fórum que permita a configuração de participantes em um tópico com opção de bloqueio de participantes.
67. Deverá possuir recursos de fórum que permita favoritar mensagens de tópicos.
68. Deverá possuir recursos de encerrar um tópico.
69. Deverá possuir recursos de fórum que permita a classificação de tópicos em temas para que seja possível realizar a filtragem por parte dos cursistas.
70. Deverá possuir recursos de fórum que permita a configuração de tópicos de modo que seja possível incluir mais administradores do tópico.
71. **Avisos:**
72. Deverá fornecer ambiente em nuvem com recursos para criação de avisos para os cursistas.
73. Deverá possuir recursos para divulgação/compartilhamento de avisos para turmas de cursistas específicas aplicando datas de início e fim dos compartilhamentos.
74. Deverá possuir recursos para incluir arquivos em avisos.
75. Deverá possuir recursos de formatação de textos em avisos tais como títulos, negrito, itálico, sublinhado, citação, lista ordenada, lista não ordenada, links, blocos de códigos.
76. **Livros Digitais:**
77. Deverá possuir recursos de publicação de livros digitais em formato PDF e EPUB;
78. Deverá possuir acesso ao professor restrito às suas publicações;
79. Deverá possuir recurso de publicação de livros em duas etapas;
80. Deverá possuir gerenciamento de cadastro/publicação dos livros com preenchimento de cadastro pelo professor e extração de informações diretamente do arquivo enviado;
81. Deverá possuir recursos de revisão de cadastro permitindo visualização simultânea do sumário e do conteúdo do livro com recursos de visualização de navegação e controle através de ação de rolagem, setas e controle de zoom;
82. Deverá possuir recursos para upload de capas dos livros nos formatos: JPEG, JPG e PNG;
83. Deverá possuir recursos para gerenciamento do sumário do livro publicado, com permissão para visualizar e renomear capítulos, excluir e reordenar capítulos, resetar o sumário retornando o mesmo para o estado original, manter capítulos e subcapítulos;
84. Deverá possuir recursos para realizar alteração manual, em campo disponível no sumário, das páginas associadas aos capítulos nos arquivos PDF;
85. Deverá possuir recursos para inclusão de capítulos em arquivos publicados em PDF de forma manual no rodapé do sumário ou por associação direta à página, com ordenação automática a página vinculada;
86. Deverá possuir recursos para inclusão de capítulos em arquivos EPUB através de seleção de trecho do conteúdo e para criação de subcapítulos em capítulos existentes;
87. Deverá possuir recursos para pesquisa de livros por nome com classificação em ativos e arquivados, permitindo a visualização em tabelas e cards;
88. Deverá possuir recursos para acesso a leitura do livro publicado, edição, download, arquivamento e desarquivamento do arquivo;
89. Deverá permitir o compartilhamento dos livros com turmas na plataforma, possuindo recurso de seleção de turma, compartilhamento imediato ou através de agendamento, sendo possível definir data de compartilhamento e data para o término do compartilhamento de forma opcional;
90. Deverá possuir recursos para visualizar o status do compartilhamento do livro;
91. Deverá possuir recurso para o descompartilhamento dos livros individualmente por turma;
92. Deverá permitir a remoção integral dos compartilhamentos de livros;
93. Deverá permitir o ajuste individual de datas e edição simultânea de múltiplos compartilhamentos;



GOVERNO DO ESTADO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE AURORA DO PARÁ
PODER EXECUTIVO
CNPJ: 83.267.989/0001-21

94. Deverá possuir recursos para realizar ações em lote para arquivamento, compartilhamento, descompartilhamento;
95. Deverá possuir recursos de painel de livros permitindo ao professor gerenciar as playlists dos livros, acessar as informações completas de cada livro, incluindo título, capa e descrição;
96. Deverá possuir recursos para realizar download do livro disponível na playlist;
97. Deverá possuir recursos aos cursistas acessarem os livros digitais que foram compartilhados na turma a qual ele pertence;
98. Deverá possuir recursos para pesquisa dos livros pelo cursista, com filtros para status, professor, turma e título;
99. Deverá possuir recursos de destaque dos livros favoritos permitindo a visualização de informações como: turma vinculados, professor responsável pelo compartilhamento, descrição e data da disponibilização do livro;
100. Deverá possuir recursos para gerenciamento do estado de leitura do livro pelo cursista, com filtros para: favoritos, novos, em andamento e lidos;
101. Deverá possuir recursos de acionamento de leitura de livros com função de iniciar e continuar leitura;
102. Deverá possuir recursos de navegação de leitura por rolagem, setas, tela cheia e controle de zoom;
103. Deverá possuir recursos de navegação de leitura por sumário;
104. Deverá possuir recursos de anotações durante a leitura, com criação manual de título e conteúdo, vinculação manual a página em PDF, listagem das anotações, edição e exclusão;
105. Deverá possuir recursos de gerenciamento das anotações com a exibição de título, conteúdo, trecho selecionado, data e hora de criação, navegação para a posição vinculada;
106. Deverá possuir recursos de gerenciamento de relatórios de livros por turma para os perfis de administrador, gestor da rede e professor da turma;
107. Deverá possuir recursos para gerenciamento de relatórios através de filtros por turma, por professor, período de compartilhamento;
108. Deverá permitir acesso a relatórios de acesso de cursistas aos livros compartilhados, informações de acesso, tempo de leitura e progresso, permitindo exportar as informações em arquivo CSV;
109. Deverá possuir recursos de gerar relatórios de livros da rede com seleção prévia de turmas, período de compartilhamento, por professores, com exibição de tabela e exportação em arquivo CSV;
110. Deverá possuir recursos para filtragem dos relatórios de livros através de opções pré-definidas de período.
111. **Deverá fornecer aplicativo com temas educacionais, versão iOS e Android:**
112. Deverá fornecer ambiente com aplicativo, versão iOS e Android.
113. Deverá fornecer ambiente com aplicativo com controle de sincronização com o ambiente em nuvem.
114. Deverá permitir o funcionamento off-line e online.
115. Deverá possuir funcionalidade de acesso off-line mediante login memorizado.
116. Deverá possuir funcionalidade de acesso online com usuário tipo CPF, RA, RG, ou nome, mais senha, e acesso por usuário conector Google e Microsoft para Android e conector Apple, Google e Microsoft para iOS.
117. Deverá possuir áreas separadas para os cursos feitos e a fazer.
118. Deverá possuir recursos para refazer os cursos já feitos.
119. Deverá possuir controle de sincronização de download individual dos cursos.
120. Deverá possuir controle de deletar individualmente os cursos para liberar espaço.
121. Deverá possuir controle de apagar todos os cursos para liberar espaço.
122. Deverá possuir funcionalidade de sincronização online que permita receber novos cursos para utilização online e off-line.
123. Deverá possuir funcionalidade de sincronização online que permita centralizar os resultados de erros, acertos e pontuação final que tenham sido realizados off-line.
124. Deverá possuir recursos de alerta ou notificação, quando houver novos cursos disponíveis;
125. Deverá possuir trilhas de aprendizagem com recursos para visualização do percentual de conclusão e quantidade do tema/fase, visualização da quantidade de pontos atuais e pontuação



GOVERNO DO ESTADO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE AURORA DO PARÁ
PODER EXECUTIVO
CNPJ: 83.267.989/0001-21

máxima, recursos de ranking com a pontuação atingida, recursos de ranking para com a pontuação dos três primeiros colocados, troféus ou medalhas de diferenciação dos colocados e sua própria posição, recursos de temas/fases em sequência obrigatória com percentual mínimo ou sem sequência obrigatória, a critério do professor, recursos de entrega de certificado em caso de conclusão com sucesso.

126. Deverá permitir a visualização das permissões e redes e turmas nas quais o usuário esteja cadastrado.
127. Deverá possuir controle de downloads com ou sem Wi-Fi.
128. Deverá possuir fórum para interação em tópicos, responder mensagem do tópico e mensagens de outros usuários.
129. Deverá permitir salvar tópicos para consulta offline.
130. Deverá permitir a visualização de avisos.
131. Deverá possuir recurso de reuniões/aulas ao vivo disponibilizados e gerenciados pelo professor;
132. Deverá possuir recurso no aplicativo para apresentar ao estudante a lista de avaliações a realizar dentro dos prazos estipulados pelo gestor.
133. Deverá possuir recurso para realizar de modo online as avaliações disponíveis para o cursista.
134. Deverá possuir recursos para acesso aos livros digitais, com recursos de leitura e gerenciamento.
135. Deverá possuir ambiente com aplicativo para edição de informações do perfil (foto, nome, data de nascimento, e-mail e sexo).
136. Deverá permitir múltiplas contas podendo mudar de contas durante o uso.
137. Deverá possuir recurso para recuperação de senha mediante usuário e e-mail.
138. Deverá permitir alterar senha, informando senha atual e a nova senha mais confirmação.
139. Deverá possuir listagem dos professores do usuário conforme turma selecionada.
140. Deverá possuir recurso para sair do usuário logado e esquecê-lo do aplicativo.

- 1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.
- 1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.
- 1.4. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 1.5. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

1.6. Este processo licitatório tem por finalidade a contratação de solução educacional integrada com aquisição de livros didáticos complementares híbridos voltados às áreas de Meio Ambiente e Educação Musical, bem como cursos de formação continuada contemplando as temáticas Africanidades e Povos Originários, Gestão Pedagógica, Liderança e Coordenação Pedagógica, Combate ao Bullying na Escola e Método Montessori para o Desenvolvimento da Criança. A solução educacional integrada atenderá os estudantes e professores da Rede Municipal de Ensino de Aurora do Pará - PA. No âmbito da Educação Infantil, a BNCC organiza o trabalho pedagógico a partir dos campos de experiência, assegurando às crianças o direito de conviver, brincar, participar, explorar, expressar e conhecer-se. Nesse contexto, a Educação Musical integra o campo de experiência "Traços, Sons, Cores e Formas", promovendo o desenvolvimento da sensibilidade, da criatividade, da percepção sonora, da



GOVERNO DO ESTADO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE AURORA DO PARÁ
PODER EXECUTIVO
CNPJ: 83.267.989/0001-21

coordenação motora, da expressão corporal e da construção de vínculos afetivos e culturais desde os 3 anos de idade. A inclusão da Educação Musical encontra respaldo na Lei nº 9.394/1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), que estabelece o ensino da Arte como componente curricular obrigatório na educação básica, e na Lei nº 13.278/2016, que reforça a obrigatoriedade das artes visuais, dança, música e teatro no currículo escolar. Dessa forma, a aquisição de materiais específicos para o desenvolvimento musical na primeira infância atende à legislação vigente e fortalece a implementação de práticas pedagógicas qualificadas e alinhadas às normativas nacionais. No que se refere à temática ambiental, a proposta encontra respaldo na Lei nº 9.795/1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental, determinando sua presença de forma articulada em todos os níveis e modalidades de ensino, incluindo a Educação Infantil. A iniciativa visa fortalecer a formação dos profissionais da educação, contribuindo para o aprimoramento das práticas pedagógicas, da gestão escolar e da promoção de uma educação mais inclusiva, democrática e alinhada às diretrizes educacionais vigentes. A formação continuada constitui-se como elemento essencial para o desenvolvimento profissional docente e para a melhoria da qualidade do ensino ofertado nas unidades escolares da rede municipal. Já o curso voltado à Gestão Pedagógica, Liderança e Coordenação Pedagógica busca fortalecer as competências dos profissionais responsáveis pela organização, acompanhamento e desenvolvimento das práticas pedagógicas nas escolas, promovendo estratégias de liderança educacional, planejamento pedagógico, acompanhamento da aprendizagem e fortalecimento do trabalho colaborativo entre professores e equipes gestoras. A formação nessa área contribui diretamente para o aprimoramento da gestão escolar e para a melhoria dos resultados educacionais. Além disso, será ofertado curso voltado ao Combate ao Bullying na Escola, com o objetivo de capacitar os profissionais da educação para a identificação, prevenção e enfrentamento de situações de violência, intimidação sistemática e conflitos no ambiente escolar. A formação abordará estratégias pedagógicas e socioemocionais para a construção de uma cultura de respeito, empatia e convivência pacífica entre os estudantes, contribuindo para a promoção de um ambiente escolar seguro, acolhedor e favorável ao processo de ensino e aprendizagem. Também será contemplado curso sobre o Método Montessori para o Desenvolvimento da Criança, com foco na compreensão dos princípios pedagógicos desenvolvidos por Maria Montessori e na aplicação de práticas educacionais que valorizam a autonomia, a liberdade com responsabilidade, o respeito ao ritmo de aprendizagem e o desenvolvimento integral da criança. A formação permitirá aos educadores conhecer e aplicar estratégias pedagógicas que estimulam a autonomia, a concentração, a criatividade e o protagonismo infantil, especialmente no contexto da Educação Infantil e dos anos iniciais do Ensino Fundamental.



GOVERNO DO ESTADO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE AURORA DO PARÁ
PODER EXECUTIVO
CNPJ: 83.267.989/0001-21

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1.A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1.A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade:

4.1. **Além** dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os requisitos, que se baseiam no [Guia Nacional de Contratações Sustentáveis](#).

Da exigência de amostra



GOVERNO DO ESTADO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE AURORA DO PARÁ
PODER EXECUTIVO
CNPJ: 83.267.989/0001-21

- 4.2. A apresentação das AMOSTRAS será realizada em local, data e hora a serem definidos, agendada em até 05 (cinco) dias úteis, com publicidade nos mesmos meios de comunicação da abertura do Pregão. A análise se processará por Comissão Técnica a ser indicada na publicação de convocação, de acordo com as condições e critérios estabelecidos a seguir. Deverá ser entregue a AMOSTRA dos livros em formato digital, mediante entrega de pendrive ou senha para acesso à Drive online, juntamente com usuário e senha para acesso às tecnologias digitais referentes aos livros. A AMOSTRA dos cursos de formação em EaD e da Plataforma a ser utilizada para a realização dos cursos se dará com a apresentação da prova de conceito a partir dos requisitos constantes neste ETP. A falta de apresentação de um ou mais itens da AMOSTRA desclassificará a licitante, face ao desatendimento das “especificações técnicas e parâmetros mínimos de desempenho e qualidade definidos no edital”, sendo convocada a licitante vencedora subsequente a apresentar as amostras, observando-se o procedimento ora indicado, bem como demais dispositivos previstos deste Edital e assim sucessivamente, até que uma licitante seja declarada vencedora definitivamente. Concluída a apresentação da AMOSTRA do licitante habilitado, verificada a comprovação ao atendimento das especificações obrigatórias e aceita a sua demonstração pela Equipe Técnica, será realizada a adjudicação do objeto.
- 4.3. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.
- 4.4. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), será analisada a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes neste Termo de Referência.
- 4.5. Os exemplares colocados à disposição da Administração serão tratados como protótipos, podendo ser manuseados e desmontados pela equipe técnica responsável pela análise, não gerando direito a ressarcimento.
- 4.6. Após a divulgação do resultado final do certame, as amostras entregues deverão ser recolhidas pelos fornecedores no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, após o qual poderão ser descartadas pela Administração, sem direito a ressarcimento.
- 4.7. Os interessados deverão colocar à disposição da Administração todas as condições indispensáveis à realização de testes e fornecer, sem ônus, os manuais impressos em língua portuguesa, necessários ao seu perfeito manuseio, quando for o caso.

Subcontratação

- 4.8. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação



GOVERNO DO ESTADO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE AURORA DO PARÁ
PODER EXECUTIVO
CNPJ: 83.267.989/0001-21

4.9. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

- 5.1. O prazo de entrega dos bens é de 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento da ordem de compra, em remessa única.
- 5.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 5 dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.
- 5.3. Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço: rua Raimunda Mendes de Queiroz nº 306, bairro: Vila Nova.
- 5.4. Garantia, manutenção e assistência técnica
- 5.5. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor)
- 5.6. A garantia será prestada com vistas a manter a qualidade dos alimentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.
- 5.7. A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pelo próprio Contratado, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.
- 5.8. Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.
- 5.9. As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.
- 5.10. Uma vez notificado, o Contratado realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contados a partir da data de retirada do equipamento das dependências da Administração pelo Contratado ou pela assistência técnica autorizada.
- 5.11. O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do Contratado, aceita pelo Contratante.
- 5.12. Na hipótese do subitem acima, o Contratado deverá disponibilizar equipamento equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização em caráter provisório pelo Contratante, de modo a garantir a continuidade dos trabalhos administrativos durante a execução dos reparos.



GOVERNO DO ESTADO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE AURORA DO PARÁ
PODER EXECUTIVO
CNPJ: 83.267.989/0001-21

- 5.13. Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pelo Contratado, fica o Contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir do Contratado o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.
- 5.14. O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade do Contratado.
- 5.15. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

- 6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
- 6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

- 6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput](#)).

Fiscalização Técnica

- 6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);
- 6.7.1. *O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º](#), e [Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II](#));*



GOVERNO DO ESTADO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE AURORA DO PARÁ
PODER EXECUTIVO
CNPJ: 83.267.989/0001-21

6.7.2. *Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);*

6.7.3. *O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV).*

6.7.4. *No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V).*

6.7.5. *O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).*

Fiscalização Administrativa

6.8. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

6.8.1. *Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).*



GOVERNO DO ESTADO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE AURORA DO PARÁ
PODER EXECUTIVO
CNPJ: 83.267.989/0001-21

Gestor do Contrato

- 6.9. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).
- 6.10. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).
- 6.11. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).
- 6.12. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).
- 6.13. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).
- 6.14. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).
- 6.15. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

- 7.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.



GOVERNO DO ESTADO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE AURORA DO PARÁ
PODER EXECUTIVO
CNPJ: 83.267.989/0001-21

- 7.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 7.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.
- 7.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021](#), o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 5 (cinco) dias úteis.
- 7.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.
- 7.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que for pertinente à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.
- 7.7. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.
- 7.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

- 7.9. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º [da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022](#).
- 7.9.1. *O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.*
- 7.10. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:
 - 7.10.1. *o prazo de validade;*
 - 7.10.2. *a data da emissão;*
 - 7.10.1. *os dados do contrato e do órgão contratante;*
 - 7.10.2. *o período respectivo de execução do contrato;*
 - 7.10.3. *o valor a pagar; e*
 - 7.10.4. *eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.*



GOVERNO DO ESTADO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE AURORA DO PARÁ
PODER EXECUTIVO
CNPJ: 83.267.989/0001-21

- 7.11. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;
- 7.12. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no [art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 7.13. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).
- 7.14. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.
- 7.15. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 7.16. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.
- 7.17. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

- 7.18. O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022](#).
- 7.19. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

Forma de pagamento

- 7.20. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.



GOVERNO DO ESTADO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE AURORA DO PARÁ
PODER EXECUTIVO
CNPJ: 83.267.989/0001-21

- 7.21. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 7.22. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
- 7.22.1. *Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.*



GOVERNO DO ESTADO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE AURORA DO PARÁ
PODER EXECUTIVO
CNPJ: 83.267.989/0001-21

7.23. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo menor preço.

Forma de fornecimento

8.2. O fornecimento do objeto será parcelado.

Exigências de habilitação

8.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

8.4. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.5. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.6. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.7. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.8. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução [Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020](#).

8.9. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.10. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz



GOVERNO DO ESTADO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE AURORA DO PARÁ
PODER EXECUTIVO
CNPJ: 83.267.989/0001-21

- 8.11. **Sociedade** cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o [art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971](#).

Habilitação fiscal, social e trabalhista

- 8.12. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- 8.13. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- 8.14. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 8.15. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 8.16. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 8.17. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 8.18. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual/Distrital ou Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- 8.19. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

- 8.20. **Certidão** negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - [Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II](#));
- 8.21. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando;
- 8.21.1. *Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);*
- 8.21.2. *As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.*
- 8.21.3. *Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;*



GOVERNO DO ESTADO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE AURORA DO PARÁ
PODER EXECUTIVO
CNPJ: 83.267.989/0001-21

- 8.21.4. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.
- 8.22. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC).
- 8.23. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).
- 8.24. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

Qualificação Técnica

- 8.25. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.
- 8.25.1. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.
- 8.26. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:
- 8.26.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;
- 8.26.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;
- 8.26.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à execução contratual;
- 8.26.4. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;
- 8.26.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e



GOVERNO DO ESTADO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE AURORA DO PARÁ
PODER EXECUTIVO
CNPJ: 83.267.989/0001-21

8.26.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

8.26.7. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

- 9.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ 1.461.976,00 (um milhão quatrocentos e sessenta e um mil novecentos e setenta e seis reais), conforme custos unitários apostos no item 1.1
- 9.2. Em caso de licitação para Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações (art. 25 do Decreto nº 11.462/2023):

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de dotação orçamentária específica, indicada antes da assinatura da ata de registro de preços, contrato ou outro documento equivalente.
- 10.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

Aurora do Pará – PA, xx de junho de 2026

Clara Regina Sales Dias
Secretária Municipal de Educação



GOVERNO DO ESTADO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE AURORA DO PARÁ
PODER EXECUTIVO
CNPJ: 83.267.989/0001-21

Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar

INTRODUÇÃO

O presente Estudo Técnico Preliminar (ETP) tem por finalidade analisar a viabilidade e fundamentar a necessidade de contratação de solução educacional integrada com aquisição de livros didáticos complementares híbridos voltados às áreas de Meio Ambiente e Educação Musical, bem como cursos de formação continuada contemplando as temáticas Africanidades e Povos Originários, Gestão Pedagógica, Liderança e Coordenação Pedagógica, Combate ao Bullying na Escola e Método Montessori para o Desenvolvimento da Criança. A solução educacional integrada atenderá os estudantes e professores da Rede Municipal de Ensino de Aurora do Pará - PA.

No âmbito da Educação Infantil, a BNCC organiza o trabalho pedagógico a partir dos campos de experiência, assegurando às crianças o direito de conviver, brincar, participar, explorar, expressar e conhecer-se. Nesse contexto, a Educação Musical integra o campo de experiência “Traços, Sons, Cores e Formas”, promovendo o desenvolvimento da sensibilidade, da criatividade, da percepção sonora, da coordenação motora, da expressão corporal e da construção de vínculos afetivos e culturais desde os 3 anos de idade.

A inclusão da Educação Musical encontra respaldo na Lei nº 9.394/1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), que estabelece o ensino da Arte como componente curricular obrigatório na educação básica, e na Lei nº 13.278/2016, que reforça a obrigatoriedade das artes visuais, dança, música e teatro no currículo escolar. Dessa forma, a aquisição de materiais específicos para o desenvolvimento musical na primeira infância atende à legislação vigente e fortalece a implementação de práticas pedagógicas qualificadas e alinhadas às normativas nacionais.

No que se refere à temática ambiental, a proposta encontra respaldo na Lei nº 9.795/1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental, determinando sua presença de forma articulada em todos os níveis e modalidades de ensino, incluindo a Educação Infantil.

A iniciativa visa fortalecer a formação dos profissionais da educação, contribuindo para o aprimoramento das práticas pedagógicas, da gestão escolar e da promoção de uma educação mais inclusiva, democrática e alinhada às diretrizes educacionais vigentes. A formação continuada constitui-se como elemento essencial para o desenvolvimento profissional docente e para a melhoria da qualidade do ensino ofertado nas unidades escolares da rede municipal.



GOVERNO DO ESTADO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE AURORA DO PARÁ
PODER EXECUTIVO
CNPJ: 83.267.989/0001-21

Já o curso voltado à Gestão Pedagógica, Liderança e Coordenação Pedagógica busca fortalecer as competências dos profissionais responsáveis pela organização, acompanhamento e desenvolvimento das práticas pedagógicas nas escolas, promovendo estratégias de liderança educacional, planejamento pedagógico, acompanhamento da aprendizagem e fortalecimento do trabalho colaborativo entre professores e equipes gestoras. A formação nessa área contribui diretamente para o aprimoramento da gestão escolar e para a melhoria dos resultados educacionais.

Além disso, será ofertado curso voltado ao Combate ao Bullying na Escola, com o objetivo de capacitar os profissionais da educação para a identificação, prevenção e enfrentamento de situações de violência, intimidação sistemática e conflitos no ambiente escolar. A formação abordará estratégias pedagógicas e socioemocionais para a construção de uma cultura de respeito, empatia e convivência pacífica entre os estudantes, contribuindo para a promoção de um ambiente escolar seguro, acolhedor e favorável ao processo de ensino e aprendizagem.

Também será contemplado curso sobre o Método Montessori para o Desenvolvimento da Criança, com foco na compreensão dos princípios pedagógicos desenvolvidos por Maria Montessori e na aplicação de práticas educacionais que valorizam a autonomia, a liberdade com responsabilidade, o respeito ao ritmo de aprendizagem e o desenvolvimento integral da criança. A formação permitirá aos educadores conhecer e aplicar estratégias pedagógicas que estimulam a autonomia, a concentração, a criatividade e o protagonismo infantil, especialmente no contexto da Educação Infantil e dos anos iniciais do Ensino Fundamental.

Assim, este ETP busca demonstrar a pertinência pedagógica, a adequação técnica e a viabilidade da contratação pretendida, assegurando que a aquisição dos materiais contribua efetivamente para o fortalecimento das políticas educacionais da rede municipal, para a promoção da educação ambiental crítica e para o desenvolvimento integral das crianças desde a primeira infância, por meio da Educação Musical e das múltiplas linguagens expressivas. Também busca analisar a solução mais adequada para viabilizar a oferta desses cursos, considerando os aspectos pedagógicos, técnicos e administrativos necessários para assegurar uma formação de qualidade aos profissionais da rede municipal de ensino, contribuindo para o fortalecimento das práticas educativas, para a melhoria do ambiente escolar e para a promoção de aprendizagens significativas aos estudantes.

1 - DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

A Rede Municipal de Ensino possui como responsabilidade garantir às crianças da Educação Infantil o acesso a práticas pedagógicas que promovam o desenvolvimento



GOVERNO DO ESTADO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE AURORA DO PARÁ
PODER EXECUTIVO
CNPJ: 83.267.989/0001-21

integral nos aspectos físico, cognitivo, emocional, social e cultural, conforme estabelecido pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Nesse contexto, torna-se necessário disponibilizar recursos pedagógicos adequados que auxiliem os professores na implementação de propostas educativas alinhadas às diretrizes curriculares nacionais e às demandas contemporâneas da educação.

A Base Nacional Comum Curricular orienta que o trabalho pedagógico na Educação Infantil seja organizado a partir de campos de experiência, assegurando às crianças os direitos de conviver, brincar, participar, explorar, expressar e conhecer-se. Entre esses campos destaca-se “Traços, Sons, Cores e Formas”, no qual a Educação Musical assume papel relevante para o desenvolvimento da sensibilidade, da percepção auditiva, da criatividade, da expressão corporal e da construção de vínculos culturais e afetivos. Nesse sentido, a música configura-se como importante linguagem artística e instrumento pedagógico que favorece a ampliação das formas de expressão infantil, contribuindo para o desenvolvimento da coordenação motora, da percepção rítmica, da imaginação e da socialização. A presença da música no currículo escolar encontra respaldo legal na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que estabelece o ensino da Arte como componente curricular obrigatório na educação básica, bem como na Lei nº 13.278/2016, que reforça a obrigatoriedade das diferentes linguagens artísticas — artes visuais, dança, música e teatro — no currículo escolar.

Paralelamente, a educação voltada à temática ambiental constitui elemento fundamental para a formação cidadã desde a primeira infância. A abordagem de conteúdos relacionados ao cuidado com o meio ambiente, à sustentabilidade e à valorização da natureza contribui para a construção de valores, atitudes e práticas responsáveis em relação ao ambiente em que as crianças vivem. Tal diretriz encontra fundamento na Lei nº 9.795/1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental e determina sua presença de forma integrada e contínua em todos os níveis e modalidades de ensino.

Apesar da relevância pedagógica dessas temáticas, observa-se a necessidade de ampliação e qualificação dos recursos didáticos disponíveis para os professores da Educação Infantil, especialmente no que se refere a materiais estruturados que integrem Educação Musical e Educação Ambiental de maneira lúdica, interdisciplinar e adequada



GOVERNO DO ESTADO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE AURORA DO PARÁ
PODER EXECUTIVO
CNPJ: 83.267.989/0001-21

à faixa etária das crianças. A ausência ou insuficiência de materiais didáticos específicos pode limitar o desenvolvimento de práticas pedagógicas mais ricas, sistematizadas e alinhadas às orientações curriculares nacionais.

Dessa forma, identifica-se a necessidade de aquisição de livros didáticos complementares híbridos (formato impresso e digital) voltados às áreas de Educação Musical e Meio Ambiente, destinados aos estudantes da Educação Infantil da rede municipal de ensino. Esses materiais deverão apoiar o trabalho pedagógico dos docentes, oferecendo propostas metodológicas, atividades lúdicas, recursos interativos e conteúdos adequados ao desenvolvimento infantil, contribuindo para a implementação efetiva das diretrizes estabelecidas pela BNCC e pela legislação educacional vigente.

A formação continuada dos profissionais da educação constitui-se como elemento essencial para a melhoria da qualidade do ensino e para o fortalecimento das práticas pedagógicas desenvolvidas nas unidades escolares da rede municipal. Nesse sentido, torna-se necessária a oferta de cursos de formação continuada que possibilitem a atualização teórica e metodológica dos profissionais da educação, promovendo o aprimoramento das práticas pedagógicas, da gestão escolar e das estratégias de convivência no ambiente educacional.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996) estabelece, em seu artigo 61 e demais dispositivos relacionados à valorização dos profissionais da educação, que a formação continuada é parte fundamental do desenvolvimento profissional docente, devendo ser promovida pelos sistemas de ensino com o objetivo de assegurar a melhoria da qualidade da educação. Nesse contexto, cabe às redes de ensino promover ações formativas que possibilitem aos educadores o desenvolvimento de competências pedagógicas, administrativas e socioemocionais necessárias ao exercício de suas funções.

Além disso, o Plano Nacional de Educação (Lei nº 13.005/2014) estabelece, entre suas diretrizes e metas, a valorização dos profissionais da educação e o fortalecimento das políticas de formação continuada, visando garantir a melhoria da qualidade da educação básica e o desenvolvimento de práticas pedagógicas alinhadas às demandas contemporâneas da educação.



GOVERNO DO ESTADO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE AURORA DO PARÁ
PODER EXECUTIVO
CNPJ: 83.267.989/0001-21

Nesse cenário, identifica-se a necessidade de contratação de instituição especializada para a oferta de quatro cursos de formação continuada, com carga horária de 30 (trinta) horas cada, desenvolvidos por meio de plataforma de ensino a distância (EAD), destinados aos profissionais da rede municipal de ensino, abordando as seguintes temáticas: Africanidades e Povos Originários, Gestão Pedagógica, Liderança e Coordenação Pedagógica, Combate ao Bullying na Escola e Método Montessori para o Desenvolvimento da Criança.

No que se refere ao curso de Africanidades e Povos Originários, a necessidade da formação está diretamente relacionada ao cumprimento das determinações da Lei nº 10.639/2003 e da Lei nº 11.645/2008, que alteraram a LDB e tornaram obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira, africana e indígena no currículo escolar. Tais legislações visam promover a valorização da diversidade cultural brasileira, o reconhecimento da contribuição histórica e social desses povos e o combate ao racismo e às práticas discriminatórias no ambiente escolar. Dessa forma, a formação continuada nessa temática torna-se essencial para que os profissionais da educação desenvolvam práticas pedagógicas alinhadas a essas diretrizes legais.

No âmbito da Gestão Pedagógica, Liderança e Coordenação Pedagógica, a formação visa fortalecer as competências dos profissionais responsáveis pela organização e acompanhamento das práticas pedagógicas nas unidades escolares. A gestão escolar é reconhecida como elemento estratégico para a melhoria da qualidade da educação, conforme previsto na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que destaca a importância da gestão pedagógica voltada para o acompanhamento das aprendizagens e para o desenvolvimento integral dos estudantes, bem como nas diretrizes do Plano Nacional de Educação, que incentivam o fortalecimento da gestão democrática e da liderança educacional nas escolas.

No que se refere ao Combate ao Bullying na Escola, a necessidade de formação fundamenta-se na Lei nº 13.185/2015, que instituiu o Programa de Combate à Intimidação Sistemática (Bullying) em todo o território nacional, estabelecendo a responsabilidade das instituições de ensino na prevenção e enfrentamento dessas práticas. A legislação determina que as escolas desenvolvam ações educativas,



GOVERNO DO ESTADO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE AURORA DO PARÁ
PODER EXECUTIVO
CNPJ: 83.267.989/0001-21

preventivas e de conscientização sobre o tema, o que demanda a capacitação dos profissionais da educação para identificar, prevenir e intervir em situações de violência e intimidação no ambiente escolar.

Por sua vez, o curso sobre o Método Montessori para o Desenvolvimento da Criança busca contribuir para o aprimoramento das práticas pedagógicas voltadas especialmente à Educação Infantil e aos anos iniciais do Ensino Fundamental, alinhando-se às diretrizes da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que enfatiza a importância do desenvolvimento integral da criança, da autonomia, da aprendizagem ativa e do respeito aos diferentes ritmos de aprendizagem. A abordagem montessoriana valoriza o protagonismo da criança, o ambiente preparado e o estímulo à autonomia, elementos que dialogam diretamente com os princípios pedagógicos contemporâneos presentes nas políticas educacionais brasileiras.

Dessa forma, a oferta dos cursos propostos mostra-se necessária para atender às demandas legais, pedagógicas e institucionais da rede municipal de ensino, contribuindo para o fortalecimento das práticas educativas, para a promoção de um ambiente escolar mais inclusivo e respeitoso e para a melhoria da qualidade do processo de ensino e aprendizagem. A realização das formações por meio de plataforma EAD, com carga horária de 30 horas por curso, possibilita maior flexibilidade de acesso aos profissionais da educação, ampliando as oportunidades de participação e garantindo maior alcance das ações formativas no âmbito da rede municipal.

Fundamentação: Descrição da necessidade da contratação, considerado o problema a ser resolvido sob a perspectiva do interesse público. (inciso I do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/2021 e art. 7º, inciso I da IN 40/2020)

2 – PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL

A administração não elaborou o Plano de Contratação Anual, já que a lei Federal 14.133/2021 não obriga a sua elaboração, embora seja recomendável para melhorar a governança das contratações públicas.



GOVERNO DO ESTADO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE AURORA DO PARÁ
PODER EXECUTIVO
CNPJ: 83.267.989/0001-21

Fundamentação: Demonstração da previsão da contratação no plano de contratações anual, sempre que elaborado, de modo a indicar o seu alinhamento com o planejamento da Administração; (inciso II do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21)

3 – REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

A contratada deve cumprir todas as obrigações constantes, conforme: Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições; responsabilizar-se pelos danos correntes do objeto; Entrega do objeto conforme a descrição e não poderão ser entregues produtos fora das especificações, sem rotulagem que obedeça a legislação em vigor e cor marca diferente da constante no termo de compromisso fornecido.

Ademais, temos que o objeto desta licitação é considerado um bem comum, uma vez que os padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos no edital e em seus anexos, com especificações usuais do mercado.

A contratada deve possuir quantitativamente e qualitativamente estrutura necessárias para honrar os fornecimentos dentre outros dos prazos e condições previstos no termo de referência.

O prazo de vigência do contrato será pelo período de 12 (doze) meses a partir da data da sua assinatura.

A contratada deverá manter canal de comunicação com a contratante para dirimir eventuais dúvidas.

O regime de execução deste contrato envolve o fornecimento de cestas básicas e com limites e quantidades pré-estabelecida.

A contratada deverá seguir rigorosamente as normas e padrões estabelecidos em lei, bem como diligenciar para que o fornecimento seja realizado em perfeitas condições, não podendo conter quaisquer vícios.

Fundamentação: Descrição dos requisitos necessários e suficientes à escolha da solução. (inciso III do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/2021 e Art. 7º, inciso II da IN 40/2020).



GOVERNO DO ESTADO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE AURORA DO PARÁ
PODER EXECUTIVO
CNPJ: 83.267.989/0001-21

4 – ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES

O município de Aurora do Pará, através de sua equipe devidamente qualificada, fez levantamento de suas respectivas demandas através de seus setores responsáveis e também de acordo com a pesquisa de preço realizada através de BANCO DE PREÇOS a nível nacional, conforme INSTRUÇÃO NORMATIVA SEGES/ME N° 65, DE 07 DE JULHO DE 2021 que dispõe sobre o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para aquisição de bens e contratação de serviços em geral, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

Nesse sentido, a Secretaria requisitante, fez o levantamento de suas respectivas com projeção para o início do ano letivo de 2026. E levando em consideração as rematrículas e matrículas de alunos novos, isto posto, resta demonstrando que o quantitativo é proveniente do levantamento de acordo com o utilizado no processo anterior, logo suficiente e necessária a contratação no quantitativo estimado.

OBJETO: realização de procedimento licitatório a fim de realizar registro de preço para aquisição de materiais didáticos complementares híbridos voltados às áreas de educação musical e educação ambiental, destinados aos estudantes e fornecimento de cursos de formação continuada na modalidade educação a distância (EAD), por meio de plataforma digital com recursos de gamificação educacional, destinados a atender as necessidades das secretarias municipais da prefeitura de Aurora do Pará.

LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO	ISBN	INDICAÇÃO	UNIDADE	QUANT	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
1	1	LIVRO DESCOBRINDO O MUNDO AO MEU REDOR Especificação: Livro Descobrindo o mundo ao meu redor - Educação Infantil I: Coleção Guardioes do Planeta - livro do estudante	978-655-528-263-4	EDUCAÇÃO INFANTIL	UNIDADE	430	100,40	43.172,00
	2	LIVRO A NATUREZA E SEUS TESOUROS Especificação: Livro A Natureza e seus tesouros - Educação Infantil II: Coleção Guardioes do Planeta - livro do estudante	978-655-528-253-5	EDUCAÇÃO INFANTIL	UNIDADE	430	101,80	43.774,00
	3	LIVRO DESCOBRINDO O MUNDO AO MEU REDOR Especificação: Livro Descobrindo o mundo ao meu redor - Educação Infantil I: Coleção Guardioes do Planeta - livro do professor	978-655-528-262-7	EDUCAÇÃO INFANTIL	UNIDADE	35	130,00	4.550,00



GOVERNO DO ESTADO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE AURORA DO PARÁ
PODER EXECUTIVO
CNPJ: 83.267.989/0001-21

	4	LIVRO A NATUREZA E SEUS TESOUROS Especificação: Livro A Natureza e seus tesouros - Educação Infantil II: Coleção Guardiões do Planeta - livro do professor	978-655-528-261-0	EDUCAÇÃO INFANTIL	UNIDADE	35	130,00	4.550,00
	5	LIVRO PIMPOLHOS: CONTOS Especificação: Livro Pimpolhos: Contos - Educação Infantil: Coleção Tecnokids - livro do estudante	978-655-528-142-2	EDUCAÇÃO INFANTIL 3, 4 e 5 ANOS	UNIDADE	1050	250,00	262.500,00
	6	LIVRO PIMPOLHOS: CONTOS- Especificação: Livro Pimpolhos: Contos - Educação Infantil: Coleção Tecnokids - livro do professor	978-655-528-179-8	EDUCAÇÃO INFANTIL 3, 4 e 5 ANOS	UNIDADE	85	290,00	24.650,00
	7	LIVRO PIMPOLHOS: CANTIGAS Especificação: Livro Pimpolhos: Cantigas - Educação Infantil: Coleção Tecnokids - livro do estudante	978-655-528-178-1	EDUCAÇÃO INFANTIL 3, 4 e 5 ANOS	UNIDADE	1050	250,00	262.500,00
	8	LIVRO PIMPOLHOS: CANTIGAS Especificação: Livro Pimpolhos: Cantigas - Educação Infantil: Coleção Tecnokids - livro do professor	978-655-528-132-3	EDUCAÇÃO INFANTIL 3, 4 e 5 ANOS	UNIDADE	85	290,00	24.650,00
	9	LIVRO EDUCAÇÃO MUSICAL Especificação: Livro Educação Musical - Educação Infantil 4 anos - Coleção Desafio Educacional - Livro do Aluno	978-655-528-071-5	EDUCAÇÃO INFANTIL 4 ANOS	UNIDADE	430	247,00	106.210,00
	10	LIVRO EDUCAÇÃO MUSICAL Especificação: Livro Educação Musical - Educação Infantil 4 anos - Coleção Desafio Educacional - Livro do Professor	978-655-528-080-7	EDUCAÇÃO INFANTIL 4 ANOS	UNIDADE	35	279,00	9.765,00
	11	LIVRO EDUCAÇÃO MUSICAL. Especificação: Livro Educação Musical - Educação Infantil 5 anos - Coleção Desafio Educacional - Livro do Aluno	978-655-528-072-2	EDUCAÇÃO INFANTIL 4 ANOS	UNIDADE	430	247,00	106.210,00
	12	LIVRO EDUCAÇÃO MUSICAL Especificação: Livro Educação Musical - Educação Infantil 5 anos - Coleção Desafio Educacional - Livro do Professor	978-655-528-067-8	EDUCAÇÃO INFANTIL 4 ANOS	UNIDADE	35	279,00	9.765,00
2	13	EDUCAÇÃO 365 - CURSO DE FORMAÇÃO - NOSSAS RAÍZES Especificação: Educação 365 - Curso de Formação - Nossas Raízes: A Presença Indígena e Africana na Identidade Brasileira	978-65-5528-364-8	PROFESSOR	UNIDADE	583	240,00	139.920,00
	14	EDUCAÇÃO 365 - CURSO DE FORMAÇÃO Especificação: Educação 365 - Curso de Formação - Gestão Escolar, Liderança e Coordenação Pedagógica.	978-65-5528-371-6	PROFESSOR	UNIDADE	583	240,00	139.920,00
	15	EDUCAÇÃO 365 - CURSO DE FORMAÇÃO - COMBATE AO BULLYING Especificação: Educação 365 - Curso de Formação - Combate ao Bullying.	978-65-5528-371-6	PROFESSOR	UNIDADE	583	240,00	139.920,00
	16	EDUCAÇÃO 365 - CURSO DE FORMAÇÃO Especificação: Educação 365 - Curso de Formação - Método Montessori para o Desenvolvimento da Criança	978-65-5528-357-0	PROFESSOR	UNIDADE	583	240,00	139.920,00
VALOR TOTAL ESTIMADO								1.461.976,00



GOVERNO DO ESTADO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE AURORA DO PARÁ
PODER EXECUTIVO
CNPJ: 83.267.989/0001-21

Fundamentação: Estimativa das quantidades a serem contratadas, acompanhada das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, considerando a interdependência com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala (inciso IV do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21 e art. 7º, inciso V da IN 40/2020).

5 – LEVANTAMENTO DE MERCADO

Justifica-se para fins de cumprimento da legislação pertinente em vigor, levando-se em conta as normas e diretrizes no art. 5º da INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 73 DE 5 DE AGOSTO DE 2020, que o levantamento de mercado do presente projeto de licitação para contratação para aquisição brinquedos recreativos, em conformidade com os procedimentos administrativos para a realização de pesquisa de preços para aquisição de bens e contratação de serviços em geral, no âmbito da administração público federal, estadual e municipal.

Diante das necessidades apontadas neste estudo, o atendimento à solução exige a contratação de empresa especializada cujo o ramo de atividade seja compatível com o objeto pretendido. Foram analisadas contratações similares feitas por outros órgãos e entidades, por meio de consultas a outros editais, com objetivo de identificar a existência de novas metodologias, tecnologias ou inovações que melhor atendessem às necessidades da Administração.

Não se observou maiores variações quanto à execução do objeto no que se refere ao papel da empresa a qual se pretende contratar. Logo, a aquisição dos materiais objeto do presente Estudo Técnico Preliminar se constitui, no atual cenário, em objeto de frequente aquisição por órgãos públicos, em todas as suas esferas. Sendo assim, verifica-se a ampla disponibilidade de empresas aptas ao fornecimento dos materiais a serem adquiridos, conforme os requisitos estabelecidos neste documento.

Por tanto de acordo com pesquisa de preços realizadas através de BANCO DE PREÇO, Bem como preço estimado da contratação obtido através de Mapa Comparativo de Preços, levando-se em consideração as pesquisas junto ao mercado, conforme cotações encaminhadas por empresas desse ramo de atividade.



GOVERNO DO ESTADO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE AURORA DO PARÁ
PODER EXECUTIVO
CNPJ: 83.267.989/0001-21

De acordo com os valores unitários estimados para cada item, encontramos na pesquisa de preço realizada pela prefeitura municipal de Aurora do Pará, e considerando-se quantitativos solicitados na requisição apresentada pelas secretarias municipais requisitantes, a estimativa de custo de custo total da contratação foi estimado no valor global de R\$ 1.461.976,00 (um milhão quatrocentos e sessenta e um novecentos e setenta e seis reais), conforme valores individualizados no mapa comparativo de preço, constante do processo que deu origem a esse ETP.

Vale ressaltar que a realização da pesquisa de preços supracitada para a contratação em comento no âmbito da administração pública municipal foi feita através de procedimentos prévios e indispensáveis para verificação de existência de recursos financeiros suficientes para cobrir despesas decorrentes de contratação, conforme consta da DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE ORÇAMENTÁRIA.

Fundamentação: Levantamento de mercado, que consiste na análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar. (inciso V do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/2021).

6 – ESTIMATIVA DO PREÇO DA CONTRATAÇÃO

De acordo com os valores unitários estimados para cada item, encontrados na pesquisa de preços realizada pela administração pública de Aurora do Pará, e considerando-se os quantitativos solicitados em requisição apresentada pelas secretarias requisitantes, a estimativa de custo total da contratação foi estimado de no valor total de R\$ 1.461.976,00 (um milhão quatrocentos e sessenta e um novecentos e setenta e seis reais), conforme valores individualizados no quadro de cotação constante do processo que deu origem a esse ETP.

Vale ressaltar que a realização da pesquisa de preços supracitadas para a contratação em comento no âmbito da administração municipal foi feita através de procedimentos prévios e indispensáveis para a verificação de existência de recursos financeiros suficientes para cobrir despesas decorrentes de contratação, conforme consta da DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE ORÇAMENTÁRIA.



GOVERNO DO ESTADO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE AURORA DO PARÁ
PODER EXECUTIVO
CNPJ: 83.267.989/0001-21

Fundamentação: Estimativa do valor da contratação, acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, que poderão constar de anexo classificado, se a administração optar por preservar o seu sigilo até a conclusão da licitação (inciso VI do § 1º da Lei 14.133/21 e art. 7º, inciso VI da IN 40/2020).

7 - DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

A solução educacional contemplará a aquisição de livros didáticos complementares híbridos (formato impresso e digital) voltados às áreas de Educação Musical e Educação Ambiental, destinados aos estudantes da Educação Infantil da Rede Municipal de Ensino, bem como cursos de formação continuada na modalidade de Educação a Distância (EAD), destinada aos profissionais da rede municipal de ensino, com o objetivo de promover o aprimoramento das práticas pedagógicas, da gestão escolar e das estratégias de convivência no ambiente educacional.

A iniciativa visa disponibilizar materiais pedagógicos estruturados, adequados à faixa etária das crianças, que contribuam para o desenvolvimento de práticas educativas alinhadas às diretrizes estabelecidas pela Base Nacional Comum Curricular e à legislação educacional vigente.

A solução contempla um conjunto integrado de recursos didáticos e pedagógicos que possibilitem o desenvolvimento de experiências de aprendizagem significativas, lúdicas e interdisciplinares, fortalecendo o trabalho docente e promovendo o desenvolvimento integral das crianças.

A solução deverá contemplar, de forma integrada, os seguintes elementos:

a) Livros didáticos para os estudantes: Materiais pedagógicos impressos destinados às crianças da Educação Infantil, organizados de forma lúdica e interativa, contendo atividades voltadas ao desenvolvimento das habilidades relacionadas à musicalização,



GOVERNO DO ESTADO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE AURORA DO PARÁ
PODER EXECUTIVO
CNPJ: 83.267.989/0001-21

à percepção sonora, à expressão corporal e à educação ambiental, respeitando as especificidades do desenvolvimento infantil.

b) Material de apoio pedagógico para os professores: Guias ou manuais destinados aos docentes, contendo orientações metodológicas, sugestões de atividades, sequências didáticas e estratégias pedagógicas que auxiliem na implementação das propostas educativas relacionadas à musicalização infantil e à educação ambiental.

c) Recursos digitais complementares: Plataforma ou ambiente digital que disponibilize conteúdos multimídia complementares, tais como áudios, músicas, vídeos, jogos educativos e atividades interativas, que ampliem as possibilidades de aprendizagem e apoiem o desenvolvimento das práticas pedagógicas em sala de aula.

d) Integração com os campos de experiência da Educação Infantil: Os materiais deverão estar organizados de forma a dialogar com os campos de experiência previstos na Base Nacional Comum Curricular, especialmente com o campo “Traços, Sons, Cores e Formas”, promovendo o desenvolvimento da criatividade, da expressão artística, da sensibilidade estética e da exploração de diferentes linguagens.

e) Formação para os professores através da Plataforma de EAD num total de 30 horas com emissão de certificado.

A solução proposta deverá observar os princípios e diretrizes estabelecidos pela legislação educacional brasileira, em especial:

- a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que estabelece a organização da educação nacional e define o ensino da Arte como componente curricular obrigatório na educação básica;
- a Lei nº 13.278/2016, que inclui as linguagens artísticas — artes visuais, dança, música e teatro — como componentes do ensino de Arte;



GOVERNO DO ESTADO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE AURORA DO PARÁ
PODER EXECUTIVO
CNPJ: 83.267.989/0001-21

- a Lei nº 9.795/1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental e determina sua integração em todos os níveis e modalidades de ensino;
- as orientações pedagógicas da Base Nacional Comum Curricular para a Educação Infantil.

A contratação deverá contemplar a disponibilização de quatro cursos de formação continuada, cada um com carga horária de 30 (trinta) horas, totalizando 120 horas de formação, abordando as seguintes temáticas:

- Africanidades e Povos Originários;
- Gestão Pedagógica, Liderança e Coordenação Pedagógica;
- Combate ao Bullying na Escola;
- Método Montessori para o Desenvolvimento da Criança.

Os cursos deverão ser ofertados por meio de plataforma digital de aprendizagem, estruturada em ambiente virtual de ensino (AVA), permitindo o acesso remoto dos participantes, com recursos pedagógicos interativos que favoreçam a aprendizagem significativa e a participação ativa dos profissionais da educação.

A solução deverá contemplar, no mínimo, os seguintes elementos:

- disponibilização de ambiente virtual de aprendizagem (plataforma EAD) acessível por computador, tablet ou smartphone;
- oferta de conteúdos pedagógicos estruturados, organizados em módulos ou unidades de aprendizagem;
- utilização de recursos educacionais digitais, tais como videoaulas, textos de apoio, materiais complementares, atividades avaliativas e fóruns de discussão;
- acompanhamento pedagógico e suporte técnico durante a realização dos cursos;
- disponibilização de instrumentos de avaliação da aprendizagem;
- emissão de certificado de conclusão para os participantes que cumprirem os critérios de participação e aproveitamento estabelecidos.



GOVERNO DO ESTADO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE AURORA DO PARÁ
PODER EXECUTIVO
CNPJ: 83.267.989/0001-21

A proposta formativa deverá priorizar uma abordagem pedagógica que articule fundamentação teórica e aplicação prática, possibilitando aos profissionais da educação refletirem sobre suas práticas e incorporarem novas estratégias pedagógicas ao cotidiano escolar.

No curso sobre Africanidades e Povos Originários, espera-se que os conteúdos contribuam para o fortalecimento da educação antirracista e para a valorização da diversidade cultural brasileira, apoiando os educadores na implementação das diretrizes previstas na legislação educacional que trata do ensino da história e cultura afro-brasileira, africana e indígena.

No curso de Gestão Pedagógica, Liderança e Coordenação Pedagógica, a formação deverá abordar aspectos relacionados à organização do trabalho pedagógico, liderança educacional, planejamento, acompanhamento da aprendizagem e fortalecimento da atuação das equipes gestoras e pedagógicas.

No curso voltado ao Combate ao Bullying na Escola, a proposta deverá contemplar estratégias de prevenção, identificação e enfrentamento de situações de intimidação sistemática no ambiente escolar, bem como ações voltadas à promoção de uma cultura de respeito, empatia e convivência saudável entre os estudantes.

Já o curso sobre o Método Montessori para o Desenvolvimento da Criança deverá apresentar os fundamentos da pedagogia montessoriana e suas possibilidades de aplicação no contexto educacional contemporâneo, especialmente na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, valorizando práticas pedagógicas que promovam a autonomia, o protagonismo infantil e o desenvolvimento integral da criança.

A implementação da solução por meio de formação continuada em ambiente digital possibilita maior flexibilidade de acesso aos profissionais da rede municipal, permitindo que os participantes organizem seus horários de estudo conforme sua disponibilidade, sem comprometer suas atividades profissionais. Além disso, a modalidade EAD amplia



GOVERNO DO ESTADO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE AURORA DO PARÁ
PODER EXECUTIVO
CNPJ: 83.267.989/0001-21

o alcance da formação, garantindo que um maior número de educadores possa participar das ações formativas.

Dessa forma, a solução proposta contribui para a implementação efetiva das políticas públicas educacionais e para o fortalecimento de práticas pedagógicas que promovam a formação integral das crianças desde a primeira infância e irá contribuir para o fortalecimento da formação continuada dos profissionais da educação, para o aprimoramento das práticas educativas e para a melhoria da qualidade do ensino ofertado aos estudantes

Fundamentação: Descrição da solução como um todo, inclusive das exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica, quando for o caso. (inciso VII do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21 e art. 7º, inciso IV da IN 40/2020).

8 – JUSTIFICATIVA PARA NÃO PARCELAMENTO

Nos termos do art. 40, §2º, da Lei nº 14.133/2021, o parcelamento do objeto deve ser adotado sempre que tecnicamente viável e economicamente vantajoso, visando ampliar a competitividade e assegurar melhor aproveitamento dos recursos públicos. Contudo, no presente caso, a análise técnica demonstra que o parcelamento da contratação não se revela adequado, nem vantajoso para a Administração, sendo necessário que seja realizado em apenas dois lotes, sendo um para as soluções educacionais de livros didáticos complementares e outro para as soluções educacionais de formação continuada.

Em relação a solução educacional de livros didáticos complementares a solução pretendida caracteriza-se como **objeto integrado**, composto por:

- Livros didáticos complementares impressos;
- Conteúdo digital integrado por meio de tecnologia embarcada;
- Plataforma educacional com ferramentas de acompanhamento;
- Programa estruturado de formação continuada de professores;



GOVERNO DO ESTADO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE AURORA DO PARÁ
PODER EXECUTIVO
CNPJ: 83.267.989/0001-21

Todos esses elementos constituem um **conjunto pedagógico indissociável**, concebido dentro de uma mesma linha metodológica, fundamentado em pressupostos teóricos comuns e alinhado às diretrizes da Base Nacional Comum Curricular, bem como às exigências da Lei nº 10.639/2003 e da Lei nº 11.645/2008.

O eventual fracionamento da contratação poderia resultar em:

- Descontinuidade metodológica entre material impresso e conteúdo digital;
- Incompatibilidade entre plataforma tecnológica e livros físicos;
- Fragmentação da formação docente;
- Perda de padronização pedagógica na rede;
- Dificuldade de integração de dados e acompanhamento de resultados;
- Aumento de custos operacionais e riscos de sobreposição contratual.

Sob o ponto de vista técnico-pedagógico, a mesma linha editorial, a mesma matriz formativa e a mesma estrutura metodológica entre livros, recursos digitais e formação docente são fatores determinantes para a efetividade da política pública educacional. A contratação de fornecedores distintos poderia comprometer a integração da solução, gerar conflitos de responsabilidade e dificultar a aferição dos resultados pretendidos.

Em relação a solução educacional de formação continuada a análise quanto à possibilidade de parcelamento da solução proposta foi realizada considerando os princípios da eficiência, economicidade e da adequada execução do objeto a ser contratado.

Embora a solução contemple quatro cursos distintos de formação continuada, todos integram uma única proposta pedagógica de capacitação docente, voltada ao atendimento das demandas formativas da rede de ensino em temas previstos na legislação educacional vigente. Nesse sentido, a contratação de forma unificada apresenta-se como alternativa mais adequada para garantir padronização metodológica,



GOVERNO DO ESTADO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE AURORA DO PARÁ
PODER EXECUTIVO
CNPJ: 83.267.989/0001-21

integração dos conteúdos formativos e uniformidade na execução das atividades pedagógicas.

O eventual parcelamento da contratação, com a divisão entre diferentes fornecedores, poderia acarretar fragmentação da proposta formativa, divergências metodológicas, diferenças na estrutura das plataformas digitais utilizadas, bem como inconsistências nos processos de acompanhamento e certificação dos participantes. Tais fatores poderiam comprometer a qualidade da formação ofertada e dificultar o controle e a gestão do processo formativo por parte da administração pública.

Além disso, a execução integrada dos cursos em uma mesma plataforma de aprendizagem, com suporte técnico e pedagógico centralizado, favorece a melhor gestão da formação, otimização dos recursos tecnológicos e maior eficiência administrativa, reduzindo a necessidade de múltiplos contratos, diferentes sistemas de acompanhamento e processos distintos de certificação.

Outro aspecto relevante refere-se à economicidade da contratação, uma vez que a contratação unificada tende a reduzir custos operacionais, administrativos e logísticos, além de possibilitar melhores condições comerciais e maior eficiência na execução do objeto.

Dessa forma, conclui-se que o não parcelamento mostra-se tecnicamente mais adequado e administrativamente mais vantajoso, garantindo maior integração pedagógica, eficiência na execução e melhor gestão da solução contratada, atendendo de maneira mais eficaz aos objetivos institucionais da administração pública.

Fundamentação: Justificativas para o parcelamento ou não da solução. (inciso VIII do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21 e art. 7º, inciso VII da IN 40/2020).



GOVERNO DO ESTADO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE AURORA DO PARÁ
PODER EXECUTIVO
CNPJ: 83.267.989/0001-21

9 - DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

A contratação pretendida tem como objetivo principal fortalecer o processo de ensino e aprendizagem na Educação Infantil da Rede Municipal de Ensino, por meio da disponibilização de materiais didáticos complementares híbridos (impressos e digitais) voltados às áreas de Educação Musical e Educação Ambiental, assegurando suporte pedagógico adequado às práticas educativas desenvolvidas nas unidades escolares.

Espera-se que a implementação da solução proposta contribua para a ampliação das oportunidades de aprendizagem das crianças, favorecendo experiências pedagógicas mais significativas, lúdicas e alinhadas às orientações curriculares nacionais estabelecidas pela Base Nacional Comum Curricular.

Nesse sentido, os principais resultados pretendidos com a aquisição são:

- a) Fortalecimento das práticas pedagógicas na Educação Infantil: Disponibilizar recursos didáticos estruturados que auxiliem os professores no planejamento e na execução de atividades pedagógicas voltadas ao desenvolvimento das múltiplas linguagens infantis, especialmente relacionadas à musicalização e à educação ambiental.
- b) Promoção do desenvolvimento integral das crianças: Estimular o desenvolvimento cognitivo, sensorial, motor, social e emocional dos estudantes, por meio de atividades que incentivem a criatividade, a expressão artística, a percepção sonora, a coordenação motora e a interação com o meio ambiente.
- c) Ampliação das experiências educativas relacionadas à música: Favorecer a inserção sistemática da Educação Musical nas práticas pedagógicas da Educação Infantil, em consonância com as diretrizes estabelecidas pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e pela Lei nº 13.278/2016, promovendo o contato das crianças com diferentes formas de expressão sonora, rítmica e corporal.



GOVERNO DO ESTADO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE AURORA DO PARÁ
PODER EXECUTIVO
CNPJ: 83.267.989/0001-21

d) Desenvolvimento da consciência e da responsabilidade ambiental: Promover o contato das crianças com conceitos e práticas relacionadas ao cuidado com a natureza, à sustentabilidade e à preservação do meio ambiente, em consonância com os princípios estabelecidos pela Lei nº 9.795/1999.

e) Apoio ao trabalho pedagógico dos docentes: Oferecer materiais didáticos e orientações pedagógicas que auxiliem os professores na organização de atividades significativas, favorecendo maior segurança pedagógica e ampliando as possibilidades metodológicas em sala de aula.

f) Alinhamento das práticas educacionais às diretrizes curriculares nacionais: Garantir que as atividades desenvolvidas nas unidades escolares estejam alinhadas às orientações pedagógicas da Base Nacional Comum Curricular, especialmente no que se refere aos campos de experiência e aos direitos de aprendizagem das crianças.

A contratação dos cursos de formação proposta tem como objetivo promover o fortalecimento da formação continuada dos profissionais da rede municipal de ensino, contribuindo para o aprimoramento das práticas pedagógicas, da gestão educacional e da convivência no ambiente escolar. A realização dos cursos nas temáticas propostas visa proporcionar aos profissionais da educação novos conhecimentos, metodologias e estratégias que possam ser aplicadas no cotidiano das unidades escolares, refletindo positivamente no processo de ensino e aprendizagem.

Espera-se, com a implementação da formação continuada por meio dos cursos ofertados na modalidade Educação a Distância (EAD), com carga horária de 30 (trinta) horas cada, alcançar os seguintes resultados:

- Fortalecimento das práticas pedagógicas relacionadas à valorização da diversidade cultural, por meio da ampliação do conhecimento dos profissionais da educação acerca da história e cultura afro-brasileira, africana e indígena,



GOVERNO DO ESTADO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE AURORA DO PARÁ
PODER EXECUTIVO
CNPJ: 83.267.989/0001-21

contribuindo para a implementação efetiva das diretrizes curriculares voltadas às temáticas de Africanidades e Povos Originários.

- Aprimoramento da gestão pedagógica nas unidades escolares, com o desenvolvimento de competências relacionadas à liderança educacional, planejamento pedagógico, acompanhamento da aprendizagem e fortalecimento do trabalho colaborativo entre professores, coordenadores pedagógicos e equipes gestoras.
- Promoção de um ambiente escolar mais seguro, respeitoso e acolhedor, por meio da capacitação dos profissionais da educação para a identificação, prevenção e enfrentamento de situações de intimidação sistemática (bullying), contribuindo para a redução de conflitos e para o fortalecimento da cultura de paz no ambiente escolar.
- Ampliação do repertório pedagógico dos educadores, por meio do conhecimento dos princípios e práticas do Método Montessori, incentivando abordagens pedagógicas que valorizem a autonomia, o protagonismo infantil, o respeito ao ritmo de aprendizagem e o desenvolvimento integral da criança.
- Melhoria da qualidade do processo de ensino e aprendizagem, decorrente da aplicação prática dos conhecimentos adquiridos nos cursos de formação continuada no cotidiano das atividades pedagógicas.
- Valorização e desenvolvimento profissional dos profissionais da educação, por meio da oferta de formação continuada estruturada, com certificação, contribuindo para o fortalecimento das políticas de formação no âmbito da rede municipal de ensino.
- Ampliação do acesso à formação continuada, considerando a utilização de plataforma digital de aprendizagem, que possibilita maior flexibilidade de participação dos profissionais da educação, permitindo que a formação ocorra de forma compatível com as atividades escolares.

Dessa forma, a implementação da solução proposta contribuirá para a melhoria da qualidade das práticas pedagógicas desenvolvidas na Educação Infantil, fortalecendo o



**GOVERNO DO ESTADO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE AURORA DO PARÁ
PODER EXECUTIVO
CNPJ: 83.267.989/0001-21**

processo de ensino e aprendizagem e assegurando às crianças experiências educativas mais ricas, diversificadas e adequadas ao seu estágio de desenvolvimento e contribuirá para o fortalecimento da qualidade da educação pública municipal, para a valorização dos profissionais da educação e para a promoção de práticas pedagógicas mais inclusivas, inovadoras e comprometidas com o desenvolvimento integral dos estudantes.

Fundamentação: Demonstrativo dos resultados pretendidos em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis; (inciso IX do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21)
Resultados pretendidos, em termos de efetividade e de desenvolvimento nacional sustentável; (Art. 7º, inciso X da IN 40/2020)

10 – PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS AO CONTRATO

Não há necessidade de providência prévias a serem adotadas para esta aquisição e contratação, tendo em vista que a Secretaria de Educação está preparada para receber estes materiais e para serem utilizados adequadamente nas escolas, bem como a realização da formação continuada.

Fundamentação: Providências a serem adotadas pela administração previamente à celebração do contrato, inclusive quanto à capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual ou adequação do ambiente da organização; (inciso X do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21 e art. 7º, inciso XI da IN 40/2020).

11 – CONTRATAÇÕES CORRELATAS/INTERDEPENDENTES

Não há outras ou foram identificadas outras contratações em curso que possam interferir umas nas outras, de forma a demandar alteração no planejamento. Destaque-se que a aquisição de outros livros didáticos com outros temas e enfoques pedagógicos não interferem diretamente na aquisição ora pretendida.

Fundamentação: Contratações correlatas e/ou interdependentes. (inciso XI do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21 e art. 7º, inciso VIII da IN 40/2020).



GOVERNO DO ESTADO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE AURORA DO PARÁ
PODER EXECUTIVO
CNPJ: 83.267.989/0001-21

12 – IMPACTOS AMBIENTAIS

Não haverá impacto ambiental.

Fundamentação: Descrição de possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras, incluídos requisitos de baixo consumo de energia e de outros recursos, bem como logística reversa para desfazimento e reciclagem de bens e refugos, quando aplicável. (inciso XII do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21)

Possíveis impactos ambientais e respectivas medidas de tratamento. (Art. 7º, inciso XII da IN 40/2020)

13 – VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

A equipe de planejamento considera viável esta contratação.

Justificativa da viabilidade:

Considerando o exposto, a pesquisa de preços realizada, o levantamento do orçamento estimado e a existência de recursos orçamentários para cobertura do mesmo, entendemos ser VIÁVEL e NECESSÁRIA a contratação demandada.

A equipe responsável pelo planejamento da contratação, ciente das regras e diretrizes da instrução normativa nº 40 de 22 de maio de 2020, após conclusão de todos os estudos técnicos preliminares aqui contidos, declara ser viável a contratação pretendida.

Conforme: Lei nº 14.133 de 1º de abril de 2021, estabelece normas gerais de licitação e contratação para as Administrações Públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos municípios.

Conforme: Lei Municipal nº 400 de 31 março de 2023

Fundamentação: Posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina. (inciso XIII do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21)

Posicionamento conclusivo sobre a viabilidade e razoabilidade da contratação. (Art. 7º, inciso XIII da IN 40/2020)

Aurora do Pará, xx de xxxxxx de 2026



GOVERNO DO ESTADO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE AURORA DO PARÁ
PODER EXECUTIVO
CNPJ: 83.267.989/0001-21

ANEXO II – MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº XXX/2026

Aos XXX dia(s) do mês de XXXXX de dois mil e vinte e três, a Prefeitura Municipal de Aurora do Pará, com sede na RUA RAIMUNDA MENDES QUEIROZ, 306, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, suas alterações e das demais normas legais aplicáveis, considerando o julgamento da licitação na modalidade PREGÃO, para REGISTRO DE PREÇOS nº XXX/2026, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no edital da licitação supracitada e em conformidade com as disposições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual XXXXXXXXXX. .
Conforme especificação em anexo.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

O prazo de vigência desta Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

Parágrafo primeiro: A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente motivada.

Parágrafo segundo: A partir da assinatura da Ata de Registro de Preços o fornecedor assume o compromisso de atender, durante o prazo de sua vigência, os pedidos realizados, e se obriga a cumprir, na íntegra, todas as condições estabelecidas, ficando sujeito, inclusive, às penalidades legalmente cabíveis pelo descumprimento de quaisquer de suas cláusulas.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Poderá utilizar-se desta Ata de Registro de Preços qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Municipal que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao contratante, desde que devidamente comprovada a vantagem.

Parágrafo primeiro: os órgãos e entidades que não participarem do Registro de Preços



GOVERNO DO ESTADO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE AURORA DO PARÁ
PODER EXECUTIVO
CNPJ: 83.267.989/0001-21

poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

- a) Apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;
- b) Demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei 14.133/2021.
- c) Prévia consulta e aceitação do órgão ou entidade gerenciadora e do fornecedor.

Parágrafo segundo: caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.

Parágrafo terceiro: as aquisições ou as contratações adicionais a que se refere o § 1º deste artigo não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e para os órgãos participantes.

Parágrafo quarto: o quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços a que se refere o § 1º deste artigo não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.

Parágrafo quinto: ao órgão não participante que aderir à ata competem os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação as suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

Parágrafo sexto: após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA QUARTA - DO LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

O recebimento, o local e o prazo de entrega dos bens deverão ocorrer de acordo com as especificações contida na ordem de compra, não podendo ultrapassar o prazo de 10 (dez) dias úteis após expedição da mesma.



GOVERNO DO ESTADO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE AURORA DO PARÁ
PODER EXECUTIVO
CNPJ: 83.267.989/0001-21

Parágrafo único: A empresa que não cumprir o prazo estipulado sofrerá as sanções previstas no Edital em conformidade com os artigos 155 e 156 da Lei nº 14.133/2021 e suas alterações.

CLÁUSULA QUINTA - DO PAGAMENTO

O pagamento será efetuado mediante a entrega dos produtos acompanhados da fatura (nota fiscal), discriminada de acordo com a nota de empenho, após a conferência da quantidade e qualidade dos materiais por gestor a ser designado pela contratante. Observado o recebimento definitivo da Nota Fiscal emitida pela empresa com discriminação dos bens, juntamente com o Termo de Recebimento, será esta atestada e encaminhada à administração da entidade contratante para fins liquidação.

Parágrafo primeiro: o pagamento será creditado em favor do FORNECEDOR, por meio de ordem bancária, o qual ocorrerá até 30 (trinta) dias corridos do recebimento definitivo dos materiais, após a aceitação e atesto nas Notas Fiscais/Faturas.

Parágrafo segundo: será procedida consulta "**em sítios oficiais**" antes do pagamento a ser efetuado ao FORNECEDOR, para verificação da situação do mesmo, relativamente às condições exigidas na contratação, cujos resultados serão impressos e juntados aos autos do processo próprio.

Parágrafo terceiro: caso haja aplicação de multa, o valor será descontado de qualquer fatura ou crédito existente na contratante em favor do FORNECEDOR. Caso a multa seja superior ao crédito eventualmente existente, a diferença será cobrada Administrativamente ou judicialmente, se necessário.

Parágrafo quarto: nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionada a taxa de atualização financeira devida pela contratante, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo adimplemento do fornecimento, mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM=I \times N \times VP$$

Onde:

EM= Encargos Moratórios

N = número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento.

VP = Valor da parcela pertinente a ser paga;



GOVERNO DO ESTADO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE AURORA DO PARÁ
PODER EXECUTIVO
CNPJ: 83.267.989/0001-21

TX = percentual da Taxa anual = **6%**

I = Índice de compensação financeira, assim apurado:

$$I = \frac{(TX/100)}{365} - \frac{I=(6/100)}{365} - I=0,00016438$$

A **compensação** financeira prevista nesta condição será cobrada em Nota Fiscal/Fatura, após a ocorrência.

CLÁUSULA SEXTA - DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

A entrega dos produtos só estará caracterizada mediante solicitação do pedido do bem.

O fornecedor ficará obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata, mesmo que a entrega deles decorrente estiver prevista para data posterior à do seu vencimento.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS PENALIDADES

Pela inexecução total ou parcial do objeto do Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº XXX/2023, a Administração da entidade contratante poderá, garantida a prévia defesa, aplicar às fornecedoras as seguintes sanções:

I - Advertência, que será aplicada por meio de notificação via ofício, mediante contra-recibo do representante legal da contratada estabelecendo o prazo de **05** (cinco) dias úteis para que a empresa licitante apresente justificativas para o atraso, que só serão aceitas mediante crivo da Administração;

II - multa moratória de **1%** (um por cento) sobre o valor dos produtos não entregues por dia de atraso pelo descumprimento das obrigações estabelecidas, até o máximo de 30 dias de atraso a ser recolhida no prazo de 15 (quinze) dias corridos, contado da comunicação oficial;

III - multa compensatória de **30%** (dez por cento) sobre o valor do material não entregues, no caso de inexecução total ou parcial do objeto contratado, recolhida no prazo de **15** (quinze) dias corridos, contado da comunicação oficial, sem embargo. de indenização dos prejuízos porventura causados ao contratante pela não execução parcial ou total do contrato.

Parágrafo primeiro: ficará impedida de licitar e de contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até **3 (três)** anos, garantido o direito prévio da citação e de ampla defesa, enquanto perdurar os motivos determinantes da punição ou até que seja



GOVERNO DO ESTADO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE AURORA DO PARÁ
PODER EXECUTIVO
CNPJ: 83.267.989/0001-21

promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, a licitante que convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução do seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do objeto pactuado, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal.

Parágrafo segundo: as sanções previstas no inciso I e no parágrafo primeiro desta cláusula poderão ser aplicadas juntamente com as dos incisos “II” e “III”, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de **05** (cinco) dias úteis.

Parágrafo terceiro: se a multa for de valor superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá a empresa fornecedora pela sua diferença, a qual será descontada dos pagamentos devidos pela Administração ou, quando for o caso, cobrada judicialmente.

Parágrafo quarto: as penalidades serão obrigatoriamente registradas junto ao cadastro de fornecedores da entidade contratante, e no caso de suspensão de licitar, o licitante deverá ser descredenciado por igual período, sem prejuízo das multas previstas no Edital e das demais cominações legais.

CLÁUSULA OITAVA - DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações obedecidas às disposições contidas na Seção V da Lei nº 14.133/2021.

Parágrafo primeiro: o preço registrado poderá ser revisto em face da eventual redução daqueles praticados no mercado, ou em razão de fato que eleve o custo dos bens registrados.

Parágrafo segundo: quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, o Contratante convocará o fornecedor, visando à negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado.

Parágrafo terceiro: frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido.

Parágrafo quarto: na hipótese do parágrafo anterior, o Contratante convocará os demais fornecedores, visando igual oportunidade de negociação.

Parágrafo quinto: quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o



**GOVERNO DO ESTADO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE AURORA DO PARÁ
PODER EXECUTIVO
CNPJ: 83.267.989/0001-21**

compromisso, o Contratante poderá:

I - Liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorreu antes do pedido do fornecimento;

II - Convocar os demais fornecedores, visando igual oportunidade de negociação.

Parágrafo sexto: não havendo êxito nas negociações, o Contratante procederá a revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

CLÁUSULA NONA - DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

O recebimento do objeto constante da presente ata está condicionado à observância de suas especificações técnicas, amostras, e quando couber embalagens e instruções, cabendo a verificação ao representante designado pela contratante.

Parágrafo primeiro: os produtos deverão ser novos, assim considerados de primeiro uso, e deverão ser entregues no endereço constante na ordem de fornecimento, acompanhados das respectivas notas fiscais;

Parágrafo Segundo: Serão recebidos da seguinte forma:

I - Provisoriamente, no ato de entrega, para efeito de posterior verificação da conformidade do material com as especificações constantes da proposta da empresa, marca, modelo e especificações técnicas.

II - Definitivamente, após a verificação da qualidade, da quantidade dos produtos e sua conseqüente aceitação, mediante a emissão do Termo de Recebimento Definitivo assinado pelas partes em até 5 (cinco) dias úteis após o recebimento provisório.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

O Fornecedor terá o seu Registro de Preços cancelado na Ata, por intermédio de processo administrativo específico, assegurado o contraditório e ampla defesa:

- **A pedido, quando:**

- comprovar a impossibilidade de cumprir as exigências da Ata, por ocorrência de casos fortuitos ou de força maior;



GOVERNO DO ESTADO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE AURORA DO PARÁ
PODER EXECUTIVO
CNPJ: 83.267.989/0001-21

- o seu preço registrado se tornar, comprovadamente, inexequível em função da elevação dos preços de mercado dos insumos que compõem o custo do material.

• **Por iniciativa da Administração, quando:**

- Não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- Perder qualquer condição de habilitação ou qualificação técnica exigida no processo licitatório;
- Por razões de interesse público, devidamente, motivadas e justificadas;
- Não cumprir as obrigações decorrentes da Ata de Registro de Preços;
- Não comparecer ou se recusar a retirar, no prazo estabelecido, os pedidos decorrentes da Ata de Registro de Preços;
- Caracterizada qualquer hipótese de inexecução total ou parcial das condições estabelecidas na Ata de Registro de Preços ou nos pedidos dela decorrentes.

• **Automaticamente:**

- Por decurso de prazo de vigência da Ata;
- Quando não restarem fornecedores registrados;

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO E EMISSÃO DAS ORDENS DE COMPRA

As aquisições do objeto da presente Ata de Registro de Preços serão autorizadas, caso a caso, pela contratante.

Parágrafo Único: A emissão das ordens de fornecimento, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial, será igualmente autorizada pelo órgão requisitante.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DOS PREÇOS E ITENS DE FORNECIMENTO

Os preços ofertados pela empresa classificada em primeiro lugar, signatária da presente Ata de Registro de Preços, constam do **Encarte**, que se constitui em anexo à presente Ata de Registro de Preços.



**GOVERNO DO ESTADO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE AURORA DO PARÁ
PODER EXECUTIVO
CNPJ: 83.267.989/0001-21**

Parágrafo Único: Os preços, expressos em Real (R\$), serão fixos e irrevogáveis pelo período de 12 (doze) meses, contado a partir da assinatura da presente Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

A empresa fornecedora compromete-se a cumprir as obrigações constantes no edital e contrato, sem prejuízo das decorrentes das normas, dos anexos e da natureza da atividade.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

São obrigações do CONTRATANTE, além das constantes no edital e do Contrato:

Parágrafo Primeiro: Efetuar o(s) pagamento(s) da(s) Nota(s) Fiscal(ais)/Fatura(s) da contratada, após a efetiva entrega dos materiais e emissão do Termo de Recebimento Definitivo;

Parágrafo Segundo: Acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato por intermédio do fiscal especialmente designado, de acordo com a Lei nº 14.133/2021 e suas alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Integram esta Ata o Edital do Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº XXX/2023 e a proposta da empresa classificada em 1º lugar.

Parágrafo Primeiro: Os casos omissos serão resolvidos pela Administração, com observância das disposições constantes da Lei nº 14.133, de 1º abril de 2021 e demais normas aplicáveis.

Parágrafo Segundo: A publicação resumida desta Ata de Registro de Preço na imprensa oficial, condição indispensável para sua eficácia, será providenciada pelo Contratante.

Parágrafo Terceiro: As questões decorrentes da utilização da presente Ata, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas no foro da cidade de AURORA DO PARÁ, com exclusão de qualquer outro.

E, por estarem assim, justas e contratadas, firmam o presente instrumento em 2 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas que também o subscrevem.



GOVERNO DO ESTADO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE AURORA DO PARÁ
PODER EXECUTIVO
CNPJ: 83.267.989/0001-21

AURORA DO PARÁ-PA, XX de XXXXXX de 2023

MUNICÍPIO DE AURORA DO PARÁ
C.N.P.J. nº 83.267.989/0001-21
CONTRATANTE

XXXXXXXXXXXXXXXXXX
C.N.P.J. nº XXXXXXXXXXXX
CONTRATADO



GOVERNO DO ESTADO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE AURORA DO PARÁ
PODER EXECUTIVO
CNPJ: 83.267.989/0001-21

ANEXO III – MINUTA DE CONTRATO

TERMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº , QUE FAZEM ENTRE SI A Prefeitura Municipal de Aurora do Pará, POR INTERMÉDIO DO (A) PREFEITURA MUNICIPAL DE AURORA DO PARÁ E A EMPRESA XXXXXXXXX.

Pelo presente instrumento de Contrato, de um lado o Município de AURORA DO PARÁ, através do(a) PREFEITURA MUNICIPAL DE AURORA DO PARÁ, CNPJ-MF, Nº 83.267.989/0001-21, denominado daqui por diante de CONTRATANTE, representado neste ato pelo(a) Sr.(a) VANESSA GUSMÃO MIRANDA, PREFEITA MUNICIPAL, e do outro lado XXXXXX, CNPJ/CPF CNPJ XXXXXX, com sede na AV.BERNADO SAYAO, CENTRO, Aurora do Pará-PA, CEP 68658-000, de agora em diante denominada CONTRATADA(O), neste ato representado pelo(a) Sr(a).xxxxxxxxx, portador do(a) CPF xxxxxxxxxxxx, têm justo e contratado o seguinte:

CLÁSULA PRIMEIRA - DO OBJETO CONTRATUAL

1.1. O objeto do presente instrumento é a XXXXXXXXXXXXXXXX. , nas condições estabelecidas neste Contrato e no Termo de Referência.

1.2. Itens contratados:

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	UNIDADE	QUANTDADE	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
1						
VALOR TOTAL						

1.3. São anexos a este instrumento e vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- a) O Termo de Referência que embasou a contratação;
- b) A Proposta do Contratado;
- c) Eventuais anexos dos documentos supracitados

CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR DO CONTRATO

2.1. O valor total deste contrato é de R\$ XXXXXXXXXX (XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX)

2.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas



**GOVERNO DO ESTADO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE AURORA DO PARÁ
PODER EXECUTIVO
CNPJ: 83.267.989/0001-21**

decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

3.1. Este contrato origina-se no processo de nº XXX/2026, na modalidade PREGÃO e fundamenta-se na Lei nº 14.133/2021, de 1º de abril de 2021, e suas alterações.

CLÁUSULA QUARTA - DA EXECUÇÃO DO CONTRATO

4.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no prazo de 3 (três) dias úteis, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

Parágrafo único. O prazo acima poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da CONTRATADA, durante seu transcurso, devidamente justificada e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração.

4.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 3 (três) dias úteis, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

4.3. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 2 (dois) dias úteis, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

Parágrafo único. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

4.4. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

CLÁUSULA QUINTA - DA VIGÊNCIA E DA EFICÁCIA

5.1. O prazo de vigência deste Contrato será de , com validade e eficácia legal após a



GOVERNO DO ESTADO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE AURORA DO PARÁ
PODER EXECUTIVO
CNPJ: 83.267.989/0001-21

publicação do seu extrato, tendo início e vencimento em dia de expediente, devendo-se excluir o primeiro e incluir o último.

Parágrafo único. O período acima poderá ser prorrogado sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal, desde que a autoridade competente ateste que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado ou a extinção contratual sem ônus para qualquer das partes, conforme artigo 107 da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA SEXTA - DOS ENCARGOS DO CONTRATANTE

6.1. São obrigações da CONTRATANTE:

I - Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com o contrato e seus anexos;

II - Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

III - Notificar a CONTRATADA, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

IV - Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pela CONTRATADA;

V - Efetuar o pagamento à CONTRATADA do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato;

VI - Aplicar à CONTRATADA sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do Contrato;

VII - Cientificar o órgão de representação judicial da Procuradoria do Município para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pela CONTRATADA;

VIII - Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

IX - A CONTRATANTE não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem



**GOVERNO DO ESTADO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE AURORA DO PARÁ
PODER EXECUTIVO
CNPJ: 83.267.989/0001-21**

como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA SÉTIMA - DOS ENCARGOS DA CONTRATADA

7.1. A CONTRATADA deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

I - Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

II - Comunicar à CONTRATANTE, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

III - Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, Lei 14.133/2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

IV - Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

V - Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

VI - Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores - SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:

- a)** prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
- b)** certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
- c)** certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado;



GOVERNO DO ESTADO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE AURORA DO PARÁ
PODER EXECUTIVO
CNPJ: 83.267.989/0001-21

- d)** Certidão de Regularidade do FGTS - CRF; e
- e)** Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT;

VII - Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;

VIII - Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

IX - Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

X - Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação, ou para qualificação, na contratação direta;

XI - Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116);

XII - Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único);

XIII - Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

XIV - Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

XV - Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

7.2. É vedado à CONTRATADA:



**GOVERNO DO ESTADO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE AURORA DO PARÁ
PODER EXECUTIVO
CNPJ: 83.267.989/0001-21**

- I - A contratação de servidor pertencente ao quadro de pessoal da CONTRATANTE durante a vigência deste Contrato;
- II - A veiculação de publicidade acerca deste Contrato, salvo se houver prévia autorização da Administração da CONTRATANTE; e
- III - A subcontratação de outra empresa para o fornecimento do produto objeto deste Contrato.

CLÁUSULA OITAVA - DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

8.3. A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133/2021, art. 117, caput).

- I - O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º).
- II - O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º).
- III - O fiscal do contrato será auxiliado pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração, que deverão dirimir dúvidas e subsidiá-lo com informações relevantes para prevenir riscos na execução contratual.

CLÁUSULA NONA - DA DESPESA

9.1. A despesa com o fornecimento do produto de que trata o objeto, está a cargo da dotação orçamentária .

CLÁUSULA DÉCIMA - DO PAGAMENTO

10.1. A CONTRATADA deverá apresentar nota fiscal para liquidação e pagamento da despesa pelo CONTRATANTE, mediante ordem bancária creditada em conta-corrente ou cheque nominal ao fornecedor no prazo de 10 (dez) dias contados da apresentação dos documentos junto a(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE AURORA DO PARÁ.

10.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura quando o órgão



GOVERNO DO ESTADO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE AURORA DO PARÁ
PODER EXECUTIVO
CNPJ: 83.267.989/0001-21

contratante atestar a execução do objeto do contrato.

10.3. Quando houver glosa parcial do objeto, o contratante deverá comunicar a empresa para que emita a nota fiscal ou fatura com o valor exato dimensionado.

10.4. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

Parágrafo único. O CONTRATANTE reserva-se o direito de recusar o pagamento se, no ato da atestação, os produtos fornecidos não estiverem em perfeitas condições de consumo ou em desacordo com as especificações apresentadas e aceitas.

10.5. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que o contratado providencie as medidas saneadoras. Nessa hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o contratante;

10.6. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

10.7. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta para:

- a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;
- b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

10.8. Constatando-se a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.



GOVERNO DO ESTADO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE AURORA DO PARÁ
PODER EXECUTIVO
CNPJ: 83.267.989/0001-21

10.9. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

10.10. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

10.11. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação.

10.12. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

Parágrafo único. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

10.13. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS ALTERAÇÕES DO CONTRATO

11.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

11.2. O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

11.3. As alterações unilaterais a que se refere o inciso I do caput do art. 124 da Lei 14.133/2021 não poderão transfigurar o objeto da contratação.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO REAJUSTE



GOVERNO DO ESTADO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE AURORA DO PARÁ
PODER EXECUTIVO
CNPJ: 83.267.989/0001-21

12.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 29 de Setembro de 2023

12.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do CONTRATADO, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo CONTRATANTE, do IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade

12.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

12.4. No caso de atraso ou não divulgação do IPCA, o CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

12.5. Caso o IPCA venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

12.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

I - Der causa à inexecução parcial do contrato;

II - Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

III - Der causa à inexecução total do contrato;

IV - Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

V - Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

VI - Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;



GOVERNO DO ESTADO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE AURORA DO PARÁ
PODER EXECUTIVO
CNPJ: 83.267.989/0001-21

VII - Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

VIII - Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou execução do contrato;

IX - Fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

X - Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

XI - Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;

XII - Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

13.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

I - Advertência, quando a CONTRATADA der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei);

II - Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do subitem 13.1 deste Edital, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §4º, da Lei);

III - Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nos incisos incisos VIII, IX, X, XI e XII do subitem 13.1 deste Edital, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei).

IV - Multa:

a) Moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

b) Compensatória de 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

13.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao CONTRATANTE (art. 156, §9º).

13.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas



GOVERNO DO ESTADO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE AURORA DO PARÁ
PODER EXECUTIVO
CNPJ: 83.267.989/0001-21

cumulativamente com a multa (art. 156, §7º).

I - Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157).

II - Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo CONTRATANTE à CONTRATADA, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º).

13.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

13.6. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º):

I - A natureza e a gravidade da infração cometida;

II - As peculiaridades do caso concreto;

III - As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV - Os danos que dela provierem para o CONTRATANTE;

V - A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

13.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

13.8. A personalidade jurídica da CONTRATADA poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com a CONTRATADA, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160)



**GOVERNO DO ESTADO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE AURORA DO PARÁ
PODER EXECUTIVO
CNPJ: 83.267.989/0001-21**

13.9. O CONTRATANTE deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal (art. 161).

13.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

14.1. O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

Parágrafo único. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

14.2. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

- a) Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- b) Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- c) Indenizações e multas.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DOS CASOS OMISSOS

15.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO FORO, BASE LEGAL E FORMALIDADES

16.1. Fica eleito o Foro da cidade de AURORA DO PARÁ, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º da Lei nº 14.133/21.

16.2. Para firmeza e como prova de haverem as partes, entre si, ajustado e contratado, é lavrado o presente termo, em 02 (duas) vias de igual teor, o qual, depois de lido e



GOVERNO DO ESTADO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE AURORA DO PARÁ
PODER EXECUTIVO
CNPJ: 83.267.989/0001-21

achado conforme, é assinado pelas partes contratantes e pelas testemunhas abaixo.

AURORA DO PARÁ - PA, xx de xxxxxxxx de 2023

PREFEITURA MUNICIPAL DE AURORA DO PARÁ
CNPJ(MF) 83.267.989/0001-21
CONTRATANTE

XXXXXXXXXXXXXXXXX
CNPJ XXXXXXXXXXXXXXXX
CONTRATADO(A)

Testemunhas:

1. _____

2. _____



GOVERNO DO ESTADO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE AURORA DO PARÁ
PODER EXECUTIVO
CNPJ: 83.267.989/0001-21

**ANEXO IV – DECLARAÇÃO QUE AUTORIZA A PMAP A REALIZAR
INVESTIGAÇÕES COMPLEMENTARES (MODELO)**

D E C L A R A Ç ã O

(nome da empresa) __, CNPJ. nº __, (endereço completo), autoriza, por este instrumento a Prefeitura Municipal de Aurora do Pará/PMAP a realizar todas as investigações complementares que julgar necessárias a habilitação no processo licitatório Pregão Eletrônico SRP nº xx/20xx.

Aurora do Para – PA, ____ de _____ de 2026

Nome e número da identidade do declarante
Assinatura do representante legal

Observação: emitir em papel que identifique a licitante.



GOVERNO DO ESTADO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE AURORA DO PARÁ
PODER EXECUTIVO
CNPJ: 83.267.989/0001-21

ANEXO V – DECLARAÇÃO DE FIDELIDADE E VERACIDADE DOS
DOCUMENTOS APRESENTADOS (MODELO)

D E C L A R A Ç ã O

Declaramos para os devidos fins de direito, que aceitamos todas as condições do Edital Pregão Eletrônico SRP nº xx/2026, sendo verídicas e fiéis todas as informações e documentos apresentados.

Aurora do Pará, ____ de _____ de 2026

Assinatura do representante legal
Nome e número da identidade do declarante

Observação: emitir em papel que identifique a licitante.



GOVERNO DO ESTADO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE AURORA DO PARÁ
PODER EXECUTIVO
CNPJ: 83.267.989/0001-21

ANEXO VI – DECLARAÇÃO DE QUE ATENDE OS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO (MODELO)

PROCESSO Nº: XXXX
LICITAÇÃO Nº: XXXX
MODALIDADE: PREGÃO

A empresa, inscrita no CNPJ nº, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a)....., portador(a) da Carteira de Identidade no..... e do CPF no,DECLARA, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação exigidos no Edital deste processo licitatório e seus anexos, estando ciente de todos os seus termos.

Por ser expressão da verdade, firmo a presente.

_____, ____ de _____ de _____.

Assinatura do representante legal

Observação: emitir em papel que identifique a licitante.



GOVERNO DO ESTADO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE AURORA DO PARÁ
PODER EXECUTIVO
CNPJ: 83.267.989/0001-21

ANEXO VII – DECLARAÇÃO, SOB AS PENAS DA LEI, QUE ATESTE O CUMPRIMENTO DO DISPOSTO NO INCISO XXXIII DO ARTIGO 7º, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL E ARTIGO 68, INCISO VI, DA LEI FEDERAL Nº 14.133, DE 01 DE ABRIL DE 2021 (MODELO)

PROCESSO Nº: xxxxxx
LICITAÇÃO Nº: xxxxxxxx
MODALIDADE: PREGÃO

A empresa, inscrita no CNPJ nº....., por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a)....., portador(a) da Carteira de Identidade no..... e do CPF no,DECLARA, para fins do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos, ressalvado o emprego de menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz .

_____, ____ de _____ de _____.

Assinatura do representante legal

Observação: emitir em papel que identifique a licitante



GOVERNO DO ESTADO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE AURORA DO PARÁ
PODER EXECUTIVO
CNPJ: 83.267.989/0001-21

ANEXO VII - DECLARAÇÃO DE PROPOSTAS ECONÔMICAS (MODELO)

PROCESSO Nº: XXXXXX
LICITAÇÃO Nº: XXXXXXXX
MODALIDADE: PREGÃO

À

PREFEITURA MUNICIPAL DE AURORA DO PARA/PA

AO PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO.

A empresa [NOME DA EMPRESA], inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica sob o nº [CNPJ], sediada em [ENDEREÇO COMPLETO COM CEP], por meio de seu representante legal, [NOME COMPLETO DO REPRESENTANTE LEGAL], portador da Carteira de Identidade nº [NUMERAÇÃO, DATA DE EXPEDIÇÃO E ÓRGÃO EMISSOR], e inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas sob o nº [CPF], [NACIONALIDADE DO REPRESENTANTE], [ESTADO CIVIL DO REPRESENTANTE], residente e domiciliado em [ENDEREÇO COMPLETO COM CEP], declara nos termos do art. 63, §1º, da Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021, que a proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infra legais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, conforme

_____, ____ de _____ de _____.

Assinatura do representante legal

Observação: emitir em papel que identifique a licitante



GOVERNO DO ESTADO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE AURORA DO PARÁ
PODER EXECUTIVO
CNPJ: 83.267.989/0001-21

ANEXO V – MODELO DE PROPOSTA

Proposta de preços	
PREGAO	ELETRÔNICO No: _____
Prefeitura Municipal de AURORA DO PARÁ DO PARÁ	
COMISSÃO DE LICITAÇÃO	
ENDEREÇO: _____	
EMPRESA :	
NOME: _____	
ENDEREÇO : _____	
BAIRRO : _____	
CNPJ : _____	

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.	UNIDADE	MARCA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1						
VALOR UNITÁRIO R\$		VALOR TOTAL R\$				
Valor Total						

Por esta proposta, declaramos inteira submissão aos preceitos legais em vigor, especialmente aos da Lei nº 14.133/2021 e às cláusulas e condições constantes no Edital de Pregão No _____ .
Propomos executarmos o objeto desta licitação, obedecendo às estipulações do correspondente Edital e às suas especificações, e asseverando que:

a) o prazo de validade desta proposta é de:

dias;

b) as condições de pagamento são:

;

c) todos os componentes de despesas de qualquer natureza, custos diretos e indiretos relacionados com salários, encargos trabalhistas, previdenciários e sociais, e todos os demais impostos, taxas e outras despesas decorrentes de exigência legal ou das condições de gestão do contrato a ser assinado, encontram-se inclusos nos preços ofertados;

d) o prazo de entrega / execução do objeto licitado é de:

dias.

LOCAL E DATA

NOME DA LICITANTE